



**Governo do Estado de São Paulo  
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
Depto De Contratacoes E Compras**

**CARTA**

CPTM-CARTA DFCC-000267/2023

À  
CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A  
Sr. José Mário de Castilho – Diretor Presidente  
Avenida Candido de Abreu nº 70, Sala 01 - Centro Cívico  
80.530-000 Curitiba PR

CONTRATO LC01323-01 - Designação de Gestor

Prezado Senhor,

Comunicamos a V.Sa. que o Sr. Wilson Nagy Lopretto - Gerente Geral de Manutenção - GOM, telefone (11) 2662-6620, será o responsável pela gestão do contrato em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sa. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,

REGINALDO ANTONIO DE PINHO  
Chefe do Departamento de Contratações e Compras



Documento assinado eletronicamente por **Reginaldo Antonio**

**De Pinho, Chefe De Departamento**, em 30/11/2023, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0013552839** e o código CRC **7D6443F2**.

---



**Governo do Estado de São Paulo  
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
Depto De Contratacoes E Compras**

**Contrato**

**CÓDIGO ÚNICO Nº 20231227161**

**CONTRATO LC01323-01**

**LICITAÇÃO LC01323 – 386.00008980/2023-05**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
DE ENGENHARIA PARA MONTAGEM DE  
APARELHOS DE MUDANÇA DE VIA NA  
LINHA 12-SAFIRA - REGIÃO DO BRÁS, QUE,  
ENTRE SI, FAZEM A COMPANHIA  
PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS  
– CPTM E A EMPRESA CASTILHO  
ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, CNPJ nº 71.832.679/0001-23, com sede em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista nº 185, Centro, doravante denominada simplesmente CPTM, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a empresa **CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**, CNPJ nº 92.779.503/0001-25, com sede em Curitiba/PR, na Avenida Candido de Abreu nº 70, Sala 01, Centro Cívico, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Regulamento de Licitações, Contratos e demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 17/05/2022, dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), da legislação pertinente, das normas internas específicas da CPTM, do Código de Conduta e Integridade da CPTM, do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, no âmbito da execução do objeto deste Contrato, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, para os fins do Processo 386.00008980/2023-05, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

## **1 OBJETO**

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviço de engenharia para montagem de aparelhos de mudança de via na Linha 12-Safira - Região do Brás.
- 1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à CPTM.

## **2 DOCUMENTOS INTEGRANTES**

- 2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital da LICITAÇÃO LC01323, bem como os seguintes:
- 2.1.1 Condições Gerais de Execução (Anexo 1);
  - 2.1.2 Proposta da CONTRATADA (Anexo 2);
  - 2.1.3 Planilha de Quantidades e Preços Propostos (Anexo 3);
  - 2.1.4 Declaração de Ciência e Responsabilidade (Anexo 4); e
  - 2.1.5 Termo de Ciência e de Notificação (Anexo 5).
- 2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.
- 2.3 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.
- 2.4 No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da CONTRATADA prevalecerão os documentos da CPTM.

## **3 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 3.1 Os serviços deverão ser executados, estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato e seus anexos e no edital da LICITAÇÃO LC01323 partes integrantes deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.
- 3.1.1 A execução dos serviços iniciar-se-á a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela CPTM, em até 10 (dez) dias corridos da data da assinatura do contrato.
  - 3.1.2 A execução dos serviços iniciar-se-á a contar da data de início

estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida, pela CPTM, em até 10 (dez) dias corridos da data da assinatura do contrato, e da aprovação, pela CPTM, do Plano de Trabalho da CONTRATADA, conforme Condições Gerais de Execução - Anexo 1.

3.1.2.1 O Plano de Trabalho da CONTRATADA deverá ser apresentado em até 5 (cinco) dias corridos, contados da data de assinatura do presente instrumento;

3.1.2.2 A CPTM terá o prazo de até 5 (cinco) dias corridos para a análise e aprovação do Plano de Trabalho da CONTRATADA;

3.1.2.3 Na hipótese de reprovação do Plano de Trabalho pela CPTM, a CONTRATADA deverá reapresentá-lo num prazo de até 3 (três) dias corridos, e a CPTM terá novo prazo de até 3 (três) dias corridos, a partir da data de sua reapresentação, para sua análise e aprovação;

3.1.2.4 Ocorrendo nova reprovação do Plano de Trabalho, serão aplicadas as penalidades constantes do item 17 deste instrumento.

#### **4 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA**

4.1 O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura.

4.2 O prazo para execução dos serviços é de 02 (dois) meses a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela CPTM, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, e da aprovação, pela CPTM, do Plano de Trabalho da CONTRATADA, conforme Condições Gerais de Execução - Anexo 1.

4.2.1 Considerando-se que parte relevante das atividades serão desenvolvidas com as vias interditadas, situação que somente poderá ocorrer nos momentos de menor demanda das linhas, o contrato deverá ser iniciado em dezembro/2023, com as atividades de mobilização e preparação, e o período efetivo de interdição, de no máximo 20 (vinte) dias, ocorrerá em Janeiro/2024.

4.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela CPTM, quando fundamentada nos motivos de

força maior, nos termos do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou por motivos imputáveis à CPTM, os quais deverão ser comprovados sob pena de a CONTRATADA incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.

4.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceita, também por escrito, pela CPTM.

4.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na CPTM.

## **5 VALOR DO CONTRATO**

5.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de R\$ 1.077.987,87 (um milhão, setenta e sete mil, novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e sete centavos), em julho/2023, data base dos preços, conforme discriminado na Planilha de Quantidades e Preços Propostos - Anexo 3, deste contrato.

5.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla todos os equipamentos, materiais, instrumentos, mão de obra, acessórios, seguros cabíveis, pessoal, bem como os custos indiretos (impostos, tributos, encargos, taxas, emolumentos etc) e outras despesas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste contrato.

## **6 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no Programa de Trabalho: 26783370721730000 - Natureza de Despesa: 449051- Origem de Recursos: 150081001 - RAV nº 6048/2023.

## **7 REGIME DE EXECUÇÃO**

7.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário.

## **8 MEDIÇÃO**

- 8.1 Os serviços objeto deste contrato serão apontados por medições mensais e entrega dos correspondentes relatórios, após a realização dos mesmos, conforme Cronograma Físico-Financeiro e Condições Gerais de Execução, partes integrantes do presente instrumento.
- 8.2 A medição será realizada diretamente pela CONTRATADA, indicando as quantidades correspondentes aos serviços previstos e realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados, o valor correspondente as atividades executadas no período abrangido pela mesma.
- 8.3 A medição deverá ser numerada sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente.
- 8.4 A medição deverá ser apresentada à CPTM até o 3º (terceiro) dia útil, contado do último dia do período de adimplemento de cada parcela, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.
- 8.5 A CPTM terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a conferência da medição e dos relatórios e a sua aprovação.
- 8.6 A medição não aprovada pela CPTM será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação para nova conferência.
- 8.7 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta cláusula.
- 8.8 A devolução da medição não aprovada pela CPTM em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.
- 8.9 Na hipótese de devolução da medição de forma indevida, a CPTM ressarcirá à CONTRATADA o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pro rata tempore” desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.

## **9 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 9.1 A CPTM procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.

- 9.1.1 Após a aprovação da medição e do recebimento da respectiva Carta de Aprovação de Faturamento - CA, a CONTRATADA deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal – DFSF da CPTM, via endereço eletrônico DFSF-NRDF@cptm.sp.gov.br, o (s) documento(s) fiscal(is) pertinentes à operação, dos quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato.
- 9.1.2 Na nota fiscal e no documento fiscal deverão ainda ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço, o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a CPTM as disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, e normas complementares.
- 9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela CPTM será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de até 02 (dois) dias úteis, a partir da data de sua reapresentação.
- 9.1.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela CPTM em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.
- 9.1.5 A CPTM efetuará o pagamento em moeda corrente do Brasil (Real) no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da entrega da nota fiscal de cada parcela no DFSF, desde que aprovados a medição, a nota fiscal e o documento fiscal, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.
- 9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato, fica condicionada à inexistência de registro da CONTRATADA no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.
- 9.1.6 Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme



estabelecido na correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento se dilatará pelo número de dias corridos contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.

- 9.1.7 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à CPTM, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:

$$VJM = VA \times (1,06)^{n/365}, \text{ onde:}$$

VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios

VA = Valor em atraso

n = Número de dias corridos em atraso

- 9.1.8 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393, do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.

- 9.1.9 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento de cobrança e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação do índice de preços que compõe a fórmula de reajuste.

- 9.1.10 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto 62.867, de 03/10/2017 alterado pelo Decreto Estadual nº 66.000, de 09/09/2021, estando vedada a cobrança bancária.

- 9.1.11 A CONTRATADA deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias corridos contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao gestor do contrato.

- 9.1.12 A CPTM poderá, sem prejuízo do disposto no subitem 12.1 deste instrumento, bem como das penalidades cabíveis, descontar dos pagamentos das faturas, importâncias que, a qualquer título, forem devidas pela CONTRATADA em

razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a CPTM e a CONTRATADA.

9.1.13 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela CONTRATADA contra a CPTM não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A CPTM não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".

9.1.14 A CONTRATADA dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a CPTM, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

## 10 REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1 Para o reajustamento dos preços contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P0 \times [0,5964.(A1 / A0 - 1) + 0,2231.(B1 / B0 - 1) + 0,1805.(C1 / C0 - 1)]$$

Onde:

R = Parcela de Reajuste;

P0 = Preço na data base de referência do contrato.

Coeficiente:

Coeficiente	Valor	Descrição
A	0,5964	IPC FIPE – categoria geral
B	0,2231	IPA-EP-DI Bens de investimento - fornecido pela FGV - Fundação Getúlio Vargas (Série: 1416648)
C	0,1805	IPOP - Índice de Preços de Obras Públicas do Estado de São Paulo (IGE - Índice de Edificações - Geral), calculado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - para a Secretaria da Fazenda do Estado

10.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços – julho/2023.

10.3 Na hipótese de até a emissão do documento de cobrança, não ter sido divulgada a variação do índice, o reajustamento será calculado, de forma provisória, por meio da aplicação do último índice conhecido.

- 10.4 Quando da publicação do índice definitivo, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal e documento de cobrança referentes à diferença do reajuste, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias corridos da entrega desses documentos à CPTM ou na data de vencimento original, o que ocorrer depois.
- 10.5 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 10.6 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à CONTRATADA, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

## **11 TRIBUTOS**

- 11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução, encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à CONTRATADA apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à CPTM apurar e recolher o ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a CONTRATADA desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.
- 11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a CPTM, correspondente ao respectivo Estado da Federação.
- 11.3 A CPTM se reserva o direito de solicitar à CONTRATADA, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.

- 11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a CONTRATADA em atraso em relação ao Cronograma Físico-Financeiro, parte integrante deste instrumento, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a CPTM responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a CONTRATADA suportar o ônus dessa diferença.
- 11.6 A CPTM, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.
- 11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a CONTRATADA assume, desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.
- 11.8 A CONTRATADA deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a CONTRATADA deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.
- 11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a CONTRATADA desde logo reconhece e autoriza à CPTM a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.
- 11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, a emissão dos devidos documento fiscais obedecerá às normas legais aplicáveis. Na hipótese de serviços prestados em várias municipalidades e a legislação determinar o recolhimento do ISS para cada uma delas, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço e para o qual deverá ser recolhido o imposto.
- 11.11 A CONTRATADA, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal

corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.

11.12 É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a CPTM, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a CPTM do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

## **12 GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO**

12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA apresentou garantia de adimplemento das condições estabelecidas neste instrumento, no valor de R\$ 53.899,39 (cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, recolhida junto ao Departamento de Finanças da CPTM, a qual deverá ser atualizada sempre que houver reajustamento ou atualização dos preços do contrato.

12.1.1 A garantia estabelecida nesta cláusula pode ser prestada mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à CONTRATADA optar por uma dessas modalidades, devendo os termos do seguro-garantia e/ou fiança bancária serem submetidos à prévia aprovação da CPTM.

12.1.2 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em REAL, com atualização automática de seu valor, na mesma época, índice, forma e periodicidade estabelecidos no item de Reajustamento de preços.

12.1.3 A garantia prestada em dinheiro terá que ser depositada pela CONTRATADA diretamente na conta bancária a ser indicada pelo Departamento de Finanças da CPTM, devendo ser enviado cópia digital do comprovante de depósito ao endereço eletrônico [DFFAGARANTIA@cptm.sp.gov.br](mailto:DFFAGARANTIA@cptm.sp.gov.br).

12.1.4 Independentemente da modalidade de garantia apresentada, esta deverá ser complementada, também, quando da eventual incidência de reajuste dos preços deste contrato,

com base no mesmo índice de reajuste adotado, devendo o complemento ser apresentado até o 30º (trigésimo) dia do mês em que ocorrer a aplicação do reajuste.

12.1.4.1 Havendo deduções do valor da garantia, pela aplicação de eventuais multas, a CONTRATADA obriga-se a regularizar a garantia quanto à complementação até o valor estabelecido no subitem 12.1 supra, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data de recebimento da comunicação escrita da CPTM.

12.1.5 No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a CONTRATADA deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência de 10 (dez) dias úteis ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o término da vigência do contrato, ficando também explícita a renúncia do fiador ao direito expresso nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro.

12.1.6 Desde que cumpridas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

12.1.7 A garantia de execução contratual, sempre que possível, responde por todos os danos e prejuízos que a CONTRATADA causar à CPTM no curso da execução contratual, em especial pela exequibilidade das multas e pagamento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

12.1.8 A CPTM poderá fazer uso da garantia de execução contratual, não sendo esta suficiente, responderá a CONTRATADA pela diferença e pela garantia e/ou complementação da garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

## **13 OBRIGAÇÕES DA CPTM**

## 13.1 A CPTM se responsabiliza por:

- 13.1.1 Fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.
- 13.1.2 Notificar por escrito a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços.
- 13.1.3 Notificar por escrito a CONTRATADA, da aplicação de eventual penalidade.
- 13.1.4 Proporcionar acesso adequado às instalações e a movimentação do pessoal e equipamentos da CONTRATADA nas dependências e instalações da CPTM.
- 13.1.5 Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere este Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.
- 13.1.6 Disponibilizar à CONTRATADA, a título de Permissão de Uso, não oneroso, áreas de propriedade da CPTM para o fim específico de executar os serviços previstos nesse contrato.
- 13.1.7 Viabilizar o acompanhamento e fiscalização necessários à execução dos serviços contratados.
- 13.1.8 Autorizar o acesso da CONTRATADA às linhas comerciais, com finalidade de executar o contrato, considerando as prioridades operacionais.
- 13.1.9 Viabilizar a interdição das vias operacionais pelo prazo máximo de 20 (vinte) dias, em Janeiro/2024, visando a liberação dos acessos necessários para execução das atividades referentes à Via Permanente.

## 14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

## 14.1 A CONTRATADA se obriga a:

### 14.1.1 preliminarmente ao início dos serviços, apresentar:

- 14.1.1.1 carta de indicação do responsável técnico pelos serviços, acompanhada da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com registro no CREA-SP, conforme determina a Resolução CONFEA nº 1025 de 30 de outubro de 2009;
- 14.1.1.2 visto pelo CREA São Paulo, no registro profissional do responsável técnico, na hipótese do mesmo ser de outra região, de acordo com o artigo 58 da Lei nº 5.194/66;
- 14.1.1.3 prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a CONTRATADA, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados;
- 14.1.1.4 PPRA - Plano de Prevenção de Riscos Ambientais, em caráter preliminar, o qual deverá ser reapresentado em sua forma definitiva para aprovação no prazo máximo de 30 dias corridos contados do início efetivo das intervenções contratadas;
- 14.1.1.5 Plano de manejo de resíduos e insumos da construção civil, na forma da legislação vigente;
- 14.1.1.6 por meio eletrônico, as planilhas contendo a indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor, em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da assinatura do contrato.

### 14.1.2 dar início à execução dos serviços a partir da data de início



estabelecida na Ordem de Serviço - O.S. emitida pela CPTM.

- 14.1.3 não alterar nenhuma especificação ou projeto sem prévia consulta e aprovação da CPTM.
- 14.1.4 considerar custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância.
- 14.1.5 reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CPTM, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CPTM.
- 14.1.6 promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do Contrato, conduzindo-os de modo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.
- 14.1.7 conduzir os trabalhos em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.1.8 arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, bem como a sua atividade de projetista, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.
- 14.1.9 possuir quadro de profissionais qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços especializados necessários para desenvolvimento do objeto do contrato. Deverá, ainda, indicar o responsável pela coordenação

técnico/administrativa dos serviços, o qual deverá redimensionar o efetivo de pessoal, quando os serviços assim o exigirem, e elaborar planos de trabalho das etapas, submetendo-os à aprovação da CPTM.

- 14.1.10 arcar com o transporte dos materiais, equipamentos, instrumentos e das equipes envolvidas com a realização dos serviços necessários para desenvolvimento do objeto deste contrato.
- 14.1.11 ocupar área a ser indicada pela CPTM para instalação do canteiro de obras em área da CPTM sem ônus para a CONTRATADA, sendo as despesas de instalação e manutenção de total responsabilidade da CONTRATADA. Este canteiro deverá abrigar sanitário, vestiário e refeitório para funcionários durante o horário de trabalho. A citada área deverá ser totalmente desocupada após a conclusão dos serviços. Caso haja necessidade de instalação tipo alojamento/dormitório de pessoal, esta deverá estar fora da área de domínio da CPTM, a distância deste alojamento às frentes de serviço fica a cargo da CONTRATADA.
- 14.1.12 responder por qualquer acidente de trabalho na execução do objeto deste contrato; por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros; por danos resultantes de caso fortuito ou não observância às normas de segurança do trabalho, de seus funcionários, subcontratados, terceiros, independentemente do local de ocorrência do sinistro, seja nas dependências da CPTM ou em via pública.
- 14.1.13 prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Gestor do Contrato, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local de execução dos serviços previstos para elaboração dos projetos, disponibilizando, quando requisitado, os documentos demonstrando a evolução dos trabalhos.
- 14.1.14 paralisar, por determinação da CPTM, ou seus prepostos, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas, projeto executivo, normas regulamentadoras e a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de

terceiros.

- 14.1.15 adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta aos respectivos órgãos, caso necessário, a fim de que redes pertencentes a concessionárias de energia elétrica, telefonia, saneamento e principalmente, aquelas integrantes dos sistemas da CPTM, não venham a ser danificadas quando da execução do objeto deste contrato.
- 14.1.16 promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o mais necessário à execução dos serviços de sua propriedade e da CPTM, postos a sua disposição.
- 14.1.17 tomar as providências junto às concessionárias e instituições públicas, ou privadas, para obtenção de dados e informações técnicas necessárias para desenvolvimento dos serviços.
- 14.1.18 executar os trabalhos de forma a não prejudicar o trânsito local, e de acordo com as especificações técnicas e condições gerais de execução deste contrato, especificações estaduais, normas de higiene, segurança e normas da ABNT.
- 14.1.19 adotar as providências e precauções necessárias para que, durante ou ao fim de cada serviço, cuja execução interfira com a circulação dos trens, não se restrinja à plenitude das condições operacionais originais do trecho ferroviário.
- 14.1.20 manter o local de execução dos serviços sempre em ordem e de acordo com as normas de segurança, preservando a integridade física dos empregados e demais profissionais autorizados para fiscalização dos mesmos.
- 14.1.21 respeitar e fazer com que seus profissionais respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, fornecendo aos mesmos os EPIs necessários, devendo apresentar-se devidamente identificados com crachás.
- 14.1.22 substituir em caso de solicitação da CPTM, o profissional alocado no contrato e ou subcontratado, em no máximo

24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação.

- 14.1.23 promover o transporte de seus profissionais, diretos e subcontratados, em veículos apropriados e de acordo com a legislação vigente.
- 14.1.24 manter um perfeito controle de aplicação de materiais, não sendo da CPTM a responsabilidade pela reposição de eventuais perdas.
- 14.1.25 responsabilizar-se pelo estudo de todos os documentos e outros elementos fornecidos pela CPTM para a execução do objeto deste instrumento, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos.
- 14.1.26 executar os serviços buscando minimizar as interferências operacionais e, para as atividades que forem ocorrer no período de interdição total, envidar seus melhores esforços buscando reduzir ao mínimo estritamente necessário a paralisação da linha, respeitando de forma absoluta o prazo máximo de interdição para as atividades de via permanente de 20 (vinte) dias corridos.
- 14.1.27 fornecer as instalações, os equipamentos, as aparelhagens e locais necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes ao objeto do contrato.
- 14.1.28 cumprir os prazos estabelecidos neste contrato, ainda que em horários restritos de trabalho, em razão da necessidade de continuidade operacional das linhas objeto desta implantação.
- 14.1.29 comparecer, sempre que convocado pela CPTM em até 24 horas da convocação, para examinar e prestar esclarecimentos e problemas relacionados com o objeto do presente contrato.
- 14.1.30 cientificar a CPTM o mais rapidamente possível, e no prazo de 24 horas por escrito, de qualquer ocorrência anormal que se verificar no decorrer dos trabalhos, dentro das responsabilidades descritas.
- 14.1.31 responsabilizar-se pela segurança do pessoal. Não deverá

entrar nas vias e nem trabalhar sobre as instalações da rede aérea sem ter recebido autorização da CPTM.

- 14.1.32 seguir rigorosamente todas as determinações e recomendações existentes nas Normas ABNT e ISO 14000 referentes ao Meio Ambiente, sendo a CONTRATADA a responsável pela coleta, transporte, tratamento e disposição final de todos os resíduos sólidos ou não por ela gerados durante a execução dos trabalhos.
- 14.1.33 prestar, à CPTM, toda a assistência técnica necessária, pertinente ao objeto do contrato.
- 14.1.34 indicar o tipo de madeira que será utilizada na obra ou na execução dos serviços.
- 14.1.35 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 14.1.36 obter as devidas autorizações previstas em lei para a prestação do serviço, bem como promover as inscrições e registros necessários a tanto.
- 14.1.37 obedecer às normas e rotinas da CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.
- 14.1.38 guardar confidencialidade no uso das informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização e custódia.

14.2 Todas as despesas decorrentes de ensaios realizados no campo, serão de responsabilidade integral da CONTRATADA. O Laboratório que a

CONTRATADA vier a escolher para a realização dos ensaios deverá ser certificado pelo INMETRO.

- 14.3 A CONTRATADA realizará, às suas expensas, quando solicitado pela fiscalização da CPTM, os ensaios tecnológicos dos materiais empregados na execução dos serviços, de acordo com o estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- 14.4 A CONTRATADA será responsável, durante toda a execução do objeto contratual, pela segurança de seus profissionais, devendo caracterizá-los visualmente, principalmente quando estiverem executando serviços na faixa ferroviária, através de uniforme de fácil visibilidade e com identificação da empresa, bem como prover equipamentos de proteção individual e coletiva para cada tipo de serviço. Além disso, todas as regiões de trabalho deverão ser adequadamente sinalizadas com placas, bandeirolas e aviso sonoro visando informar as composições em circulação das restrições locais, bem como alertar equipes de trabalho com relação a aproximação dessas composições.
- 14.5 A CONTRATADA deverá considerar no planejamento dos serviços que se trata de linhas ferroviárias existentes e operacionais, existindo a necessidade de convivência com o tráfego de trens e com as redes elétricas energizadas, bem como de que a remuneração pelos serviços seguirá o disposto nos critérios e medição. Haverá necessidade de programação conjunta com a CPTM para viabilizar a cessão de intervalos tanto na operação dos trens como na energização das redes elétricas.
- 14.6 A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente os intervalos programados para a execução do objeto contratual, sob pena de ressarcimento de danos comprovados em razão de atrasos que venha causar à circulação por interrupções do tráfego ferroviário, fora do intervalo previsto.
- 14.7 Quando aplicável, retirar e substituir dentro de 48 (quarenta e oito) horas, todos os equipamentos, máquinas, veículos e ferramentas que forem julgados inadequados pela fiscalização da CPTM, inclusive os que estiverem em desacordo com as Normas de Segurança do Trabalho.
- 14.8 Realizar análise e elaborar projeto para as recomendações técnicas, advindas de Comissões Internas da CPTM. Em caso de ser constatada responsabilidade da CONTRATADA o material a ser

instalado, será de sua obrigação. Em caso de ser constatada responsabilidade da CPTM o material a ser instalado, não será de sua obrigação.

14.9 Executar os serviços e/ou ajustes solicitados pela CPTM, em caso de necessidades operacionais.

14.10 A CONTRATADA deverá indicar um profissional, com seu contato telefônico, para coordenar o atendimento a atividades referente às ocorrências durante as 24 horas diárias, todos os dias da semana.

14.11 A CONTRATADA deverá apresentar à CPTM o registro de todos os empregados ligados ao contrato de manutenção e que estiverem prestando serviços nas dependências da CPTM, sejam eles empregados da própria CONTRATADA ou subcontratados.

14.12 Será admitida a substituição do responsável técnico de que trata o subitem 14.1.1.1 desta cláusula por outro de experiência equivalente ou superior, desde que devidamente justificada pela CONTRATADA, hipótese em que haverá prévia aprovação da CPTM e obrigará à nova emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) vinculada à ART original, nos termos do artigo 31 da Resolução CONFEA nº 1.025 de 30/10/2009 e legislações pertinentes.

## **15 PESSOAL**

15.1 O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a CPTM e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA. No caso de vir a CPTM ser denunciada judicialmente, a CONTRATADA a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.

15.2 A CONTRATADA deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos referidos, não transfere à CPTM a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

15.3 Ocorrendo eventuais ações reclamationárias trabalhistas, propostas por profissionais ou ex-profissionais da CONTRATADA, fica esta, obrigada a requerer e obter a exclusão da CPTM da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.

15.4 Na hipótese de a CPTM vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamationárias trabalhistas, propostas por profissionais ou ex-profissionais da CONTRATADA, durante a vigência contratual, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e, desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CPTM, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CPTM utilizará o direito de regresso, em ação própria, a ser intentada contra a CONTRATADA, a qual, desde já, manifesta expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste item.

15.5 A mão-de-obra deverá ser qualificada e deverá estar devidamente treinada para as diferentes tarefas técnico-administrativas, de modo a atender eficientemente todas as atividades previstas neste contrato e seus anexos.

15.6 Todos os profissionais que estiverem prestando serviços nas dependências da CPTM deverão apresentar-se identificados através de crachás e usando os EPI's necessários à função.

15.7 A CONTRATADA deverá apresentar à CPTM, quando solicitado, o registro de todos os profissionais ligados ao contrato e deverá obedecer todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.

## **16 FISCALIZAÇÃO**

16.1 A CPTM reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à CONTRATADA, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à CPTM quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado dos serviços contratados.

16.2 No desempenho de suas atividades, é assegurado à FISCALIZAÇÃO o



direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

- 16.3 A ação ou omissão total ou parcial da FISCALIZAÇÃO não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela, boa técnica e qualidade dos serviços contratados.
- 16.4 A CONTRATADA obriga-se a atender as determinações da FISCALIZAÇÃO da CPTM relativas à técnica de execução e à segurança do trabalho.
- 16.5 Todos os trabalhos serão verificados pelo gestor do contrato antes de serem apropriados, cabendo à CONTRATADA tomar todas as providências necessárias para essa verificação, a qual será realizada com base nas especificações e normas técnicas pertinentes.
- 16.6 Até o recebimento definitivo do objeto do contrato/serviço, a CONTRATADA será responsável, sem qualquer ônus para a CPTM, pela conservação e manutenção dos serviços por ela executados.

## **17 PENALIDADES**

- 17.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados / comprovados, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:
- 17.1.1 Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a contratada concorrido diretamente, desde que não seja reincidente.
- 17.1.2 Multa de 0,10% (um décimo por cento) calculado sobre o valor total do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer cláusula do contrato.
- 17.1.3 Multa de 0,20% (dois décimos por cento) ou calculado sobre o valor total do contrato, na hipótese de reincidência da ação ou omissão que tenha justificado a aplicação da multa estabelecida no subitem anterior.
- 17.1.4 Multa de 20% (vinte por cento) ou calculado sobre o valor atualizado do contrato ou de seu saldo, por desistência

total ou parcial de seu respectivo objeto.

17.1.5 Multa de 0,10% (um décimo por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por cada dia de atraso, na hipótese de não reposição do valor recolhido da garantia de adimplemento contratual, por motivo de penalidade(s) aplicada(s).

17.1.6 Multa de 0,01% (um centésimo por cento) por dia, sobre o valor total atualizado do contrato, na hipótese de atuação da CONTRATADA com apólice de seguros inválidas, vencidas ou com coberturas inferiores às exigidas.

17.1.7 Multa de 0,50% (meio por cento) sobre o valor atualizado da medição do mês em que se verificar o descumprimento dos limites de tolerância previstos no respectivo subitem do documento “condições gerais de execução” desse contrato.

17.1.8 Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitado a 20% (vinte por cento), sobre o valor atualizado dos serviços previstos e não realizados no mês correspondente em caso de não cumprimento de prazos, ou outros prejuízos causados aos serviços solicitados pela CPTM, em função de atrasos, morosidade ou indisponibilidade de recursos da CONTRATADA (veículos rodoviários, equipamentos, materiais, pessoal ou outros insumos).

17.1.9 Em caso de atraso não justificado por parte da CONTRATADA, no caso de não notificação à CPTM ou se a CPTM não considerar relevantes os motivos apresentados na notificação apresentada, as penalidades são:

a) Advertência por escrito quando não houver prejuízo material, financeiro ou operacional para a CPTM.

b) Multa de 0,20% (dois décimos por cento) sobre o valor atualizado da medição correspondente de quando houver prejuízo material, financeiro ou operacional para a CPTM, independente do ressarcimento à CPTM.

17.2 As multas serão aplicadas mensalmente e seu montante, correspondente a soma dos valores das multas aplicadas, ficam limitados a 20% (vinte

por cento) do valor contratual reajustado.

17.3 Além da aplicação das multas e demais penalidades avençadas anteriormente, a CPTM poderá rescindir o presente contrato por qualquer um dos motivos elencados no item de Rescisão, bem como aplicar a suspensão temporária ao direito de licitar e de impedi-la de com ela contratar, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

17.4 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da CONTRATADA ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

17.5 O pagamento das multas previstas nos subitens 17.1.2 a 17.1.9 não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas.

17.6 Na hipótese do valor da multa ultrapassar o valor da garantia e de não existirem pagamentos previstos efetivamente configurados, a CONTRATADA deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da CPTM, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.

17.7 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano “pro rata tempore”, até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada na cláusula de pagamento deste contrato.

## **18 RESCISÃO**

18.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CPTM a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- c) a subcontratação do objeto que importe em desatendimento das condições de qualificação técnica e sem prévia autorização da CPTM;

- d) a fusão, cisão, incorporação, associação da CONTRATADA com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da CPTM para avaliação da manutenção das condições de habilitação, contratação e eventual prejuízo à execução do objeto contratado;
- e) o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato, assim como as de seus superiores;
- f) o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- g) a dissolução da sociedade, o falecimento da CONTRATADA, a decretação de falência ou a insolvência civil da CONTRATADA;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do contrato;
- i) razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- j) a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- k) o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação ou de contratação pela CONTRATADA;
- l) o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.
- n) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas.

18.1.1 A rescisão por iniciativa do CONTRATADA, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

18.2 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou

em elaboração, pela CONTRATADA, até a data rescisória, passarão à propriedade da CPTM.

18.3 A rescisão amigável ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a CPTM.

18.4 Nos demais casos de rescisão, sem que haja culpa da CONTRATADA, será essa ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, nos termos do disposto no artigo 170, do Regulamento de Licitações, Contratos e demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 17/05/2022.

## **19 SUBCONTRATAÇÃO**

19.1 Toda e qualquer subcontratação relativa ao objeto do presente contrato ficará limitada aos serviços acessórios necessários à execução do escopo principal do contrato, quais sejam: serviços de topografia e levantamentos georreferenciados; serviços de inspeção de trilhos por ultrassom; serviços de execução de alvenaria, concreto e correlatos, instalações hidráulicas, elétricas e de equipamentos correlacionados à manutenção de infraestrutura; serviços de limpeza nas instalações; segurança patrimonial, e deverá ser previamente apresentada para aprovação da CPTM, podendo esta autorizar ou não a proposta.

19.2 A autorização da CPTM não desobriga a CONTRATADA da integral responsabilidade pela subcontratação e pelos correspondentes serviços e/ou fornecimentos realizados. Na solicitação de autorização da subcontratação, será informado e detalhado pela CONTRATADA o serviço ou o material a ser subcontratado e as condições de execução dos mesmos. Sendo autorizada a subcontratação pela CPTM, o subcontratado deverá submeter-se às normas por ela estabelecidas, bem como às cláusulas e condições deste instrumento.

19.3 Mesmo ocorrendo a subcontratação, a CONTRATADA será a única e exclusiva responsável, pelos termos deste instrumento, perante a CPTM, órgãos e entidades públicas e privadas e terceiros, bem como será a única a emitir faturamento contra a CPTM.

19.4 A CPTM deverá ter acesso liberado, pela CONTRATADA, à todas as subcontratadas e/ou seus fornecedores de materiais e equipamentos.

19.5 Na hipótese de não aprovação do produto ou serviço de subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar novo subcontratado para o mesmo escopo, não cabendo à CPTM qualquer responsabilidade de eventual comprometimento do objeto deste instrumento.

19.6 É vedada a subcontratação de empresa que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou a contratação.

## **20 GARANTIA TÉCNICA**

20.1 A responsabilidade técnica pelos documentos elaborados pela CONTRATADA subsistirá, mesmo após o recebimento definitivo dos mesmos pela CPTM, na forma e nos prazos determinados pela legislação vigente.

20.2 A CONTRATADA responderá pela boa qualidade dos documentos técnicos, pelos serviços e pelos fornecimentos por ela desenvolvidos e executados, mesmo após a aprovação pela CPTM.

20.3 A garantia deverá abranger todos e quaisquer tipos de falhas detectadas, a qualquer tempo, em relação à utilização inadequada de materiais, equipamentos ou mão de obra, de fornecimento e responsabilidade da CONTRATADA.

20.4 A garantia técnica dos serviços deverá obedecer rigorosamente ao disposto nas especificações técnicas e demais exigências dessa contratação, sem prejuízo ao quanto disposto na legislação pertinente, independente da CPTM ter emitido o “Termo de Recebimento Definitivo”.

20.5 Sempre que convocada, a CONTRATADA deverá comparecer no prazo máximo de 48 horas nos escritórios da CPTM, para prestar esclarecimentos técnicos correspondentes aos serviços de sua responsabilidade (mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo). Eventuais correções que se façam necessárias, deverão ser providenciadas sem ônus à CPTM, em prazos compatíveis com a complexidade dos trabalhos a serem revisados, observando-se que, não serão admitidos prazos superiores a 30 dias corridos para a conclusão das revisões.

## **21 PROPRIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

21.1 Todos os relatórios, documentos técnicos, informações, análises, compilações, estudos e outros documentos elaborados pela

CONTRATADA, na execução dos serviços, serão entregues à CPTM, na forma impressa e em meio eletrônico, junto com inventário detalhado dos referidos documentos, respeitados os direitos de propriedade industrial.

21.1.1 Os documentos referidos no subitem anterior, oriundos da prestação de serviços objeto desta contratação, quando em arquivo eletrônico, deverão apresentar formatos compatíveis (Microsoft Word, MS Excel, Autocad, MS Power Point, VISIO, Corel Draw, MS Project, MS Access) com os existentes na CPTM.

21.2 No entanto, a documentação fornecida poderá ser utilizada pela CPTM, em qualquer ampliação, modificação ou alteração que julgar conveniente.

21.3 A documentação técnica apresentada à CONTRATADA é de propriedade da CPTM, sendo vedada sua utilização pela CONTRATADA para outros fins que não os previstos neste contrato. A CONTRATADA deverá manter rigoroso sigilo a respeito dessa documentação.

21.4 Quando do encerramento definitivo deste contrato, a CONTRATADA deverá ter entregue à CPTM, todos os documentos a que estiver contratualmente obrigada.

## **22 DIREITOS AUTORAIS**

22.1 A CONTRATADA deverá garantir, indenizar e proteger a CPTM, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos dispositivos de marcas e patentes e/ou direitos autorais, com relação à execução do objeto deste contrato.

22.2 A CPTM comunicará à CONTRATADA, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a CONTRATADA, conforme opção da CPTM, a:

22.2.1 defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos a que venha a CPTM a ser condenada, por força das citadas medidas;

22.2.2 substituir, por produtos não infringentes, os produtos ou parte

desses produtos declarados como tal, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes;

22.2.3 garantir à CPTM a continuidade e qualidade dos serviços previstos no contrato.

22.3 Em qualquer das três hipóteses, correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas para adoção da opção entendida como mais conveniente pela CPTM, bem como as despesas relativas à consecução da(s) alternativa(s) indicada(s) e aprovada(s) pela CPTM.

22.4 Os materiais e equipamentos a serem utilizados deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente patentes ou "know-how", que impeçam a CPTM o conhecimento de detalhes do projeto.

22.5 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços contratados são de exclusiva propriedade da CPTM e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da CPTM, sob pena de responder a CONTRATADA por perdas e danos.

## **23 ALTERAÇÕES**

23.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, nos casos previstos no art. 159, do Regulamento de Licitações, Contratos e demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 17/05/2022.

23.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras/serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.

23.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.

23.4 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega,



admitem prorrogações, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias descritas no artigo 161, do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 17/05/2022.

## **24 COMUNICAÇÕES**

24.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondências endereçadas como segue:

CPTM:

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM  
Rua Boa Vista nº 185 - Centro  
SÃO PAULO - SP  
CEP 01014-001  
CONTRATO LC01323-01

CONTRATADA:

CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A  
Avenida Candido de Abreu nº 70, Sala 01, Centro Cívico  
CURITIBA - PR  
CEP 80.530-000  
CONTRATO LC01323-01  
CONTATO: JOSÉ MÁRIO DE CASTILHO  
TEL: (11) 3040-2260  
E-MAIL: [jmario@castilho.com.br](mailto:jmario@castilho.com.br)

24.1.1 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste Contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.

24.1.2 A CPTM e a CONTRATADA deverão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos profissionais designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

## **25 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

- 25.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 163, do Regulamento de Licitações, Contratos e demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 17/05/2022.
- 25.2 O objeto deste contrato será aceito pela CPTM, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.
- 25.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela CPTM e pela CONTRATADA, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita de conclusão dos trabalhos pela CONTRATADA. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a CONTRATADA passará à condição de inadimplência perante a CPTM.
- 25.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela CPTM e pela CONTRATADA.

## **26 NOVAÇÃO**

- 26.1 Se qualquer das partes contratantes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

## **27 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- 27.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Regulamento de Licitações, Contratos e demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM - Vigente a partir de 17/05/2022.

## **28 VÍNCULO AO EDITAL**

- 28.1 Para execução dos serviços objeto deste contrato, foi realizada a Licitação LC01323, cujos atos encontram-se no Processo

28.2 O presente contrato está vinculado ao instrumento convocatório da Licitação LC01323 e à proposta da CONTRATADA.

## **29 FORO**

29.1 As partes signatárias deste instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro Central da Comarca da Cidade de São Paulo para dirimir quaisquer litígios referentes a este Contrato.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:

ANA CAROLINE DE FARIA EDUARDO BORGES

Diretora Administrativa e Financeira

ana.borges@cptm.sp.gov.br

e-mail pessoal: N/I

CPF nº 003.938.371-73

RG nº 4.296.749

LUIZ EDUARDO ARGENTON

Diretor de Operação e Manutenção

argenton@cptm.sp.gov.br

e-mail pessoal: N/I

CPF nº 056.324.968-48

RG nº 16.550.211-3

WILSON NAGY LOPRETTO

Gerente Geral de Manutenção

wilson.nagy@cptm.sp.gov.br

e-mail pessoal: N/I

CPF nº 035.400.368-22

RG nº 8.207.655-6

SÉRGIO LUÍS SILVA

Gerente de Manutenção de Via Permanente e Estrutura Civil

sergio.luis@cptm.sp.gov.br

e-mail pessoal: N/I

CPF nº: 147.275.098-57

RG nº: 17.148.179-3

Pela **CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**:

JOSÉ MÁRIO DE CASTILHO

Diretor Presidente

[jmario@castilho.com.br](mailto:jmario@castilho.com.br)

e-mail pessoal: N/I

CPF nº 667.504.407-97

RG nº 03.434.121-4

#### TESTEMUNHAS:

ALINE CORREIA FERNANDES

Analista de Processos de Contratação

KATIA INFANTE NATO

Assessora Executiva



Documento assinado eletronicamente por **jose mario registrado(a) civilmente como José Mário de Castilho, Usuário Externo**, em 30/11/2023, às 21:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luis Silva, Gerente**, em 01/12/2023, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Correia Fernandes, ANL De Processos De Contratacao**, em 01/12/2023, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katia Infante Nato, Assessor Executivo Iv**, em 01/12/2023, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual](#)

[nº 67.641, de 10 de abril de 2023.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Nagy Lopretto, Gerente Geral**, em 01/12/2023, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Eduardo Argenton, Diretor**, em 01/12/2023, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline de Faria Eduardo Borges, Diretor**, em 04/12/2023, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0013491166** e o código CRC **B10C14D9**.

**ANEXO 1**

**CONTRATO LC01323-01**

**CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO**

## **ANEXO 1**

### **CONTRATO LC01323-01**

#### **CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO**

## **1 OBJETO**

- 1.1 Prestação de serviço de engenharia para montagem de aparelhos de mudança de via na Linha 12-Safira - Região do Brás.

## **2 DIRETRIZES BÁSICAS**

### **2.1 GERAL**

Este documento define e especifica as condições gerais para execução dos serviços de montagem de cruzamento duplo no Brás, com fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, equipamentos e demais insumos.

Fazem parte integrante dos serviços contratados:

- Fornecimento de todos os insumos (mão de obra, equipamentos, ferramentas convencionais e especiais, materiais consumíveis etc.) necessários à execução dos serviços previstos na Planilha de Quantidades e Preços, exceto quando explicitamente mencionado em contrário no Critério de Medição de cada serviço e/ou como de escopo de responsabilidade da CPTM, conforme disposto no subitem 2.1.1 destas Condições Gerais de Execução;
- Fornecimento dos serviços de Gestão e Apoio administrativos necessários ao desenvolvimento das atividades de manutenção, tais como relações humanas do trabalhador (assistência médica, vale transporte, segurança e higiene do trabalho etc.), almoxarifado, segurança patrimonial, veículos de transporte e de manutenção, limpeza etc.;
- Fornecimento, nos intervalos noturnos, dos equipamentos de iluminação e sinalização necessários a execução dos serviços;
- O armazenamento e guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas sob sua responsabilidade;

A remuneração dos serviços se dará pelo cumprimento das condições estabelecidas no Critério de Medição, conforme quantidades previstas na Planilha de Quantidades e Preços Propostos.

#### **2.1.1 ITENS DE RESPONSABILIDADE DA CPTM.**

São itens sob responsabilidade da CPTM:

- Veículos ferroviários com equipagem (tração e vagões) para o transporte dos trilhos, dormentes e acessórios de AMV;

- Fornecimento dos materiais necessários para execução do serviço, quando não contemplados nos “Critérios de Medição” e/ou não forem de responsabilidade de fornecimento da CONTRATADA. Neste caso, sua retirada, carga, descarga e transporte é de responsabilidade da CONTRATADA, nos Almoxarifados e Pátios da CPTM.

## 2.2 DEFINIÇÕES E TERMINOLOGIA

- Alinhamento – uma via está corretamente alinhada quando:
  - Em curvas circulares: as flechas medidas em cordas devem ser iguais, sem apresentar desvios em relação ao eixo geométrico da curva;
  - Em curvas em transição: consiste na variação das fiadas dos trilhos, segundo determinações de projeto e cálculo (desenvolvimento em espiral), num desenvolvimento equidistante de empeno entre a tangente e o valor máximo da parte circular da curva;
  - Em retas (tangentes): as fiadas de trilhos são retilíneas e paralelas ao eixo geométrico da via, não devendo apresentar desvios.
- Agulha: denominação para equipamento de via permanente, “switch” em inglês, que compõe um travessão ou chave e permite a transposição ou mudança do trem de uma via para outra;
- Aparelho de Mudança de Via (AMV): dispositivo destinado a mudar um veículo ferroviário de uma via para outra via desviada desta;
- AREMA: American Railway Engineering and Maintenance-Of-Way Association;
- As built: após a conclusão das obras, consiste em registrar as características efetivamente implantadas, em comparação às inicialmente projetadas;
- ASTM: American Society for Testing and Materials;
- Bitola: é a distância entre as faces laterais internas dos boletos dos trilhos de uma via, medida a 16mm abaixo do topo do boleto do trilho;
- Declividade: relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal;
- Dormente: é um dos componentes da superestrutura, onde são apoiados e fixados os trilhos, que tem como função garantir a bitola da via e transmitir os esforços recebidos à camada de lastro;
- Eixo da via: é a linha localizada no centro de duas filas de trilhos, equidistantes 800 milímetros da linha de bitola;
- Empeno: consiste na torção calculada da grade da via;
- EN: European Standards;



- **Fixação:** conjunto de componentes que tem como função apoiar os trilhos e fixá-los aos dormentes;
- **Grade da via:** conjunto de componentes formado pelos dormentes, trilhos e fixações;
- **Infraestrutura da via permanente:** é constituída pelas camadas que servem de suporte à superestrutura da via, devidamente, dimensionadas e executadas sobre a camada final de terraplenagem, incluindo nesta o sublastro e eventuais camadas de reforço de subleito;
- **Jacaré:** denominação para equipamento de via permanente, também conhecido como cruzamento ou “frog” em inglês, que compõe um travessão ou chave e permite a trasposição ou mudança do trem de uma via para outra; • **Junta Isolante Colada (JIC):** Junta de trilho seccionado e isolado eletricamente;
- **Lastro:** camada de pedra britada com granulometria específica e determinada; que tem como função drenar a plataforma ferroviária e, principalmente, receber os esforços atuantes sobre a grade da via e transferi-los às camadas subjacentes;
- **Linha:** conjunto de duas ou mais vias, com sentidos operacionais contrários, incluindo as vias secundárias intimamente ligadas a esta e que auxiliam a operação comercial;
- **Nível da via:** é a cota no topo do boleto do trilho referência da via baseado nos marcos topográficos ou dados de projeto;
- **Nivelamento Longitudinal:** consiste no nivelamento das duas fiadas de trilhos de uma via, de acordo com o seu traçado longitudinal, em permanecerem nas mesmas condições de cotas (não permite o empeno);
- **Nivelamento Transversal:** consiste em manter as fiadas de trilhos de uma via, numa mesma cota entre si, nos traçados em tangentes e em curvas;
- **OE (Ordem de Encomenda):** solicitação da CPTM para a CONTRATADA para a execução de serviços específicos, a serem atendidos dentro das especificações, quantidades e prazos previstos;
- **Plataforma ferroviária:** é a faixa delimitada pelas linhas que definem a “crista” do aterro, ou “pé” do corte, ou ambas no caso de trecho de seção mista, que, além de receber todas as instalações do sistema ferroviário (via permanente, sinalização, rede aérea e dispositivos de drenagem), serve para o acesso e circulação das equipes de montagem e manutenção desses sistemas. No caso de trecho fora de corte e/ou aterro, considera-se como limite da plataforma a faixa de 5,00 m, além do “off set” do lastro, em ambos os lados;
- **RDC (Relatório Diário de Campo):** Relatório/Formulário com informações detalhadas dos serviços de campo realizados, sendo um por programação/serviço executado e possuindo eficácia somente após o ateste da Fiscalização da CPTM;

- SSA (Sistema de Solicitação de Acesso): Sistema eletrônico interno da CPTM para controle e acompanhamento das programações de trabalhos das equipes em campo;
- SA (Solicitação de Acesso): Documento eletrônico com numeração única que define as condições de acesso operacional ao campo;
- Sistema de via em lastro: via permanente composta por dormentes, trilhos, aparelhos de mudança de via, seus apoios e fixações, montada sobre camada de lastro padrão, que tem como base a plataforma ferroviária (terrapleno);
- Sublastro: camada final da infraestrutura da via permanente que, além da função estrutural, tem como objetivo impedir a subida de materiais finos das camadas subjacentes para o lastro ferroviário. Esta camada é constituída através da mistura de materiais granulares, de diferentes graduações, sendo a faixa granulométrica da mistura previamente estabelecida;
- Superelevação: é o desnível transversal entre o trilho externo (mais alto) e o trilho interno de uma curva, de forma a melhorar o desempenho da circulação do veículo ferroviário, numa inscrição circular, dentro do conforto estabelecido;
- Superestrutura da via permanente: composto pela grade da via e a camada de lastro, assentados sobre a infraestrutura da via permanente;
- Track-plan: Em tradução livre “plano de vias férreas”, são informações sobre as características geométricas das vias férreas de uma determinada Linha (quilometragem, número de vias, raios, superelevação, rampas verticais, velocidades permissíveis, disposições e tipos de AMVs e outros);
- Travessão: é um conjunto de dois AMVs que interligam duas vias;
- Trilho de referência: em curva (circular e de transição), trilho de referência é o trilho interno à mesma. Nos trechos em tangente, são os trilhos do lado esquerdo, olhando para o sentido crescente da quilometragem; no caso de via dupla;
- Trilho “IH”: Trilho “Low Alloy Intermediate” (Aço de Baixa Liga, Resistência Intermediária);
- Trilho “SS”: Trilho “Standard Strength” (Aço Carbono, Resistência Padrão);
- UIC: Union Internationale des Chemins de Fer;
- Velocidade diretriz ou de projeto: é a velocidade estabelecida para desenvolvimento dos projetos, a qual deve ser compatível com as características geométricas da via e dos veículos ferroviários;
- Velocidade operacional: é a velocidade desenvolvida pelos trens em condições operacionais normais, de acordo com os códigos de velocidade predeterminados pelos sistemas de controle operacional e sinalização;

- Via: conjunto de dois trilhos, dormentes e lastro com seus conjuntos de apoios e fixações que suportam e guiam o trânsito ferroviário;
- Via principal: via destinada à operação comercial;
- Via secundária: vias auxiliares eventualmente utilizadas como alternativa operacional;
- Vias de pátios e estacionamentos: vias destinadas às manobras, manutenção de trens, formação de composições de trem e estacionamentos propriamente dito.

## 2.3 IDIOMA

- 2.3.1 Os documentos gerados no atendimento ao objeto do contrato (documentos técnicos, descrições e especificações técnicas, legendas dos desenhos, literatura, manuais, listas de materiais, material para treinamento e todos os dados suplementares), deverão ser fornecidos em português (escrito e falado no Brasil).

## 2.4 BASES DE APOIO

- 2.4.1 A área prevista para ser disponibilizada à CONTRATADA, de forma não onerosa, para servir de base de apoio para a execução exclusiva do contrato é:
- Área (terreno para instalação do container), próximo à estação do Brás, Linha 12- Safira.
- 2.4.2 A ocupação da área disponibilizada pela CPTM, deverá estar obrigatoriamente regularizada de acordo com as preconizações da norma da CPTM – NS.DP/004 – Utilização do Território da CPTM por Terceiros, sem cobrança. Portanto, não deverá haver ônus para a CONTRATADA sobre cobrança de aluguel. Todavia conforme Norma CPTM acima citada, haverá a cobrança de Taxa de Análise para emissão de Termo de Permissão de Uso para Canteiro de Obras (Gratuito), solicitado junto à Gerência Patrimonial.
- 2.4.3 Caso a CONTRATADA solicite áreas além das previstas nesse item, a disponibilização está sujeita a análise e aprovação da CPTM e terá caráter oneroso.
- 2.4.4 No anexo Planilha de Quantidades e Preços constam as previsões de serviços para a execução das bases de apoio, que serão executados pela CONTRATADA sob orientação e aprovação da CPTM.
- 2.4.5 A CONTRATADA deverá manter em boas condições pelo menos 1 (uma) placa de obra por base de apoio, indicando as condições de contratação, atendendo às exigências legais e às especificações da CPTM. Havendo necessidade de manutenção, recuperação ou mesmo substituição, a CONTRATADA deverá proceder imediatamente com as adequações

necessárias, comunicando a CPTM das ações, ainda que o motivo da adequação seja pela mudança de padrão ou definição do modelo da placa.

## 2.5 EQUIPE TÉCNICA E OPERACIONAL

2.5.1 Os empregados da CONTRATADA deverão apresentar-se para os trabalhos na CPTM devidamente uniformizados, com crachás de identificação e todos os equipamentos de proteção individuais (EPIs) necessários ao desenvolvimento de suas atividades e para cumprimento das normas de segurança internas da CPTM.

2.5.2 Se aplicável, dependendo da atividade e frente de serviço, os empregados deverão apresentar os certificados de treinamento referentes às Normas Regulamentadoras, em especial:

- NR 9: Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos;
- NR 10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR 33: Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados;
- NR-35: Trabalho em Altura.

## 2.6 TRANSPORTE DE PESSOAL E MATERIAIS

2.6.1 O transporte de pessoal, materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos serviços, das bases da CONTRATADA aos locais de trabalho na CPTM e vice-versa, deverá ser providenciado e realizado pela CONTRATADA, sem ônus adicional à CPTM.

## 2.7 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

A seguir são definidas as diretrizes básicas para o fornecimento e operação de máquinas e equipamentos, para os serviços pertinentes à utilização dele.

### 2.7.1 GERAL

No desenvolvimento das atividades deverão ser contemplados os métodos executivos, devidamente detalhados e com nível de precisão adequado que possibilite avaliar corretamente os prazos de execução das atividades. Dentro do contexto, prever:

- A logística das atividades de acordo com o plano de vias da Linha;
- A identificação dos locais de entrada e saída dos veículos ou equipamentos. Dessa forma, compatibilizar a programação dos serviços, a mobilização das equipes, dos equipamentos e outros;
- A criação do grupo de trabalho, com os técnicos especializados da CONTRATADA, técnicos da CPTM (representantes da Engenharia de

Manutenção, da Manutenção da Via Permanente e eventual participação da área Operacional), para dirimir os procedimentos e ações de trabalhos;

Os serviços devem ser realizados por técnicos especializados, comprovadamente pela CONTRATADA, utilizando materiais, equipamentos e tecnologia de ponta.

Todos os equipamentos estarão sujeitos a inspeção e aprovação por parte da Fiscalização da CPTM, que poderá solicitar substituição daqueles que julgar sem condições adequadas para a execução dos serviços.

A CONTRATADA deverá atender as determinações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN prescritas na Resolução nº 291 de 29 de agosto de 2008, nas providências de que todos os veículos fabricados, montados e encarroçados, nacionais ou importados, devem possuir código de marca/modelo/versão específica, o qual deve ser concedido conjuntamente à emissão, pelo Órgão Máximo Executivo de Trânsito da União, do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT. Idem para os veículos que forem transformados, com relação ao laudo técnico sobre a emissão do Certificado de Segurança Veicular – CSV como instruído na Resolução nº 291.

A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo e no prazo definido no Plano de Trabalho aprovado pela CPTM, os equipamentos necessários para os serviços pertinentes.

### **3 ESCOPO DOS SERVIÇOS**

Os serviços a serem realizados são os previstos para a instalação do cruzamento duplo, envolvendo atividades de substituição de componentes de via, remoção e/ou recomposição de lastro padrão, montagem/desmontagem de equipamentos, de forma a garantir os padrões estabelecidos de projeto e de proporcionar a circulação dos trens, com confiabilidade, segurança e regularidade operacional do dispositivo instalado.

A CONTRATADA deverá atentar para todos os detalhes do projeto durante a fase de instalação dos dispositivos.

#### **3.1 ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS**

A abrangência dos serviços consiste no trecho localizado próximo à estação do Brás, na Linha 12-Safira, em que será locado o cruzamento duplo, e será instalado na via principal em substituição a configuração existente.

#### **3.2 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços discriminados na Planilha de Quantidades deverão ser executados atendendo todas as exigências contratuais, incluindo normas, especificações, definições do Critério de medição.

O local é composto atualmente por um conjunto de travessões no padrão UIC, sendo 2 travessões denominados TRV-27 e TRV-29, mais uma chave de acesso à plataforma 8 do Brás, denominada CHV-31. Esses travessões e chave se encontram inseridos entre curvas compostas antes e depois dos mesmos. Todos esses elementos existentes deverão ser demolidos para viabilizar a implantação dos novos componentes.

Os equipamentos a serem implantados irão compor 2 travessões, duplos, sobrepostos, que substituirão os anteriores, TRV-27 e TRV-29.

A nova chave de acesso à plataforma 8, CHV-31, será recolocada em posição diferente da anterior e com nova configuração.

O conjunto de travessões duplo terão 4 jacarés comuns e 4 jacarés especiais (denominados jacaré duplo central e jacaré extremo especial), e 4 pares de agulhas. Além disso, a CHV-31 contém mais 1 jacaré simples e 1 par de agulhas.

O traçado das curvas nas aproximações dos AMVs também deverá adequado para uma melhor concordância com a nova configuração dos equipamentos.

### 3.2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES

A CPTM disponibilizará área na região do Brás próximo a instalação do dispositivo para a realização dos serviços preliminares.

O serviço consiste na implantação de base de apoio. A CONTRATADA não terá nenhum ônus para ocupar essa área, com exceção da Taxa de Análise e toda documentação para que o Termo de Permissão de Uso (TPU) seja emitido pela área Patrimonial da CPTM. Se entende por base de apoio toda área destinada para utilização da empresa CONTRATADA em conjunto com a fiscalização CPTM ou não, compreendendo escritório, sanitários e depósito.

Fica vetada à CONTRATADA, em qualquer hipótese, a utilização das instalações da base em área de propriedade da CPTM, para serviços e/ou atividades outras que não relacionadas com o objetivo do contrato.

Nessa área deverá ser adequadamente selecionados e armazenados todos os materiais passíveis de reaplicação, como: placas de apoio, parafusos, grampos, agulhas, juntas isolantes coladas, talas de junção e demais acessórios de Via Permanente.

Os investimentos necessários para a implantação e/ou adaptações físicas do local destinado aos serviços, serão assumidos integralmente pela CONTRATADA.

Todas essas intervenções deverão ser previamente apresentadas para aprovação da CPTM sendo que ao término do contrato, as melhorias permanentes e devidamente preservadas, serão incorporadas ao patrimônio da CPTM, sem ônus adicional ao contrato.

A ocupação dessas áreas disponibilizadas pela CPTM, deverá estar obrigatoriamente regularizada de acordo com as preconizações da norma da CPTM – NS.DP/004 – Utilização do Território da CPTM por Terceiros, sem cobrança.

Portanto, não deverá haver ônus para a CONTRATADA sobre cobrança de aluguel. Todavia conforme Norma CPTM acima citada, haverá a cobrança de Taxa de Análise para emissão de Termo de Permissão de Uso para Canteiro de Obras (Gratuito), solicitado junto à Gerência Patrimonial.

A CONTRATADA deverá contemplar espaço (sala) para acomodar a fiscalização do Contrato, contando a devida infraestrutura (sala de reunião, banheiros masc. / fem., etc.). É vedada a utilização de área das bases para alojamento dos empregados.

A CONTRATADA será responsabilizada:

- Limpeza dos locais;
- Terraplenagem do terreno;
- Todos os insumos necessários à estruturação da base de apoio;
- Processo de aprovação junto aos órgãos oficiais (Prefeitura, CREA, etc.);
- Redes de abastecimento e distribuição de água, inclusive dos reservatórios;
- Redes de esgoto e drenagem. Entrada de energia elétrica, medidor e distribuição. Rede de telefonia. Aprovação e instalação dessas instalações, de acordo com as normas vigentes e padrões de exigências de cada concessionária local;
- Custos do projeto em todas as suas etapas, incluindo as despesas com as taxas e impostos devidos junto às autarquias oficiais de aprovação;
- Fornecimento e instalação e manutenção de placas de identificação (placa de obra, de acordo com o padrão da CPTM), com as informações pertinentes ao empreendimento;
- Fornecimento e instalação de placas e demais pinturas de sinalização da base (interna e externa às instalações).
- Pelos serviços necessários à administração, operação, manutenção e conservação das instalações que englobam a implantação das bases;



- Pelos serviços e dispositivos que minimizem os transtornos causados à população, tais como: ruídos, poeira, gases, bloqueios de acesso etc.;
- Pela vigilância necessária à perfeita segurança das instalações provisórias e definitivas dos bases.

### 3.2.2 LEVANTAMENTO E PREPARAÇÃO

O agrupamento dos serviços relacionados nesse subitem serve para subsidiar a CONTRATADA de todas as informações, levantamentos e medidas necessárias para a implantação do cruzamento, de maneira que o dispositivo seja locado no posicionamento correto permitindo a concordância vertical e horizontal de acordo com o projeto.

Há também itens de carga, descarga, transporte e destinação de resíduos para que seja feita a preparação para assentamento do novo equipamento.

### 3.2.3 IMPLANTAÇÃO DOS CRUZAMENTOS, AMVs E VIAS

Consiste na demolição da instalação antiga, montagem da nova grade, ligações com soldas, cortes, furos, montagem/desmontagem da máquina de chave e substituição de todos os componentes necessários para a completa execução da obra. Está incluído também a pré-montagem e movimentação do conjunto com distância até 2 Km do local da obra.

Será fornecido pela CPTM todo o material de Via Permanente como trilhos, dormentes, fixações, JIC's, agulhas, jacaré, rail-bond. A exceção quanto ao fornecimento é para o item de soldagem aluminotérmica em que está incluído todo os insumos inclusive a mão de obra necessária para a entrega do produto final.

### 3.2.4 MANUSEIO DE MATERIAIS

Consistem em toda a logística necessária para carregar, descarregar, transportar e estaleirar todos os materiais provenientes da demolição da grade anterior de acordo com o determinado pela fiscalização da CPTM.

## 3.3 INFORMAÇÕES TÉCNICAS E OPERACIONAIS DA LINHA 12-SAFIRA

### 3.3.1 LINHA 12 - SAFIRA

A Linha 12-Safira da CPTM encontra-se em regiões densamente povoadas totalizando aproximadamente 41 Km de extensão, atendendo os municípios de São Paulo, Itaquaquecetuba e Poá, contendo 12 (doze) estações ferroviárias de embarque e desembarque de passageiros podendo ser descrito como a seguir:

- Em quatro vias principais entre a Estação Brás e a Estação desativada de Sebastião Gualberto, sendo que em duas operam os trens da Linha 11-Coral da CPTM;



- Em duas vias principais entre a Estação desativada de Sebastião Gualberto e a Estação de Calmon Viana.

A Linha possui tráfego de trens de carga realizado nos horários entre os picos do serviço de passageiros, de acordo com a disponibilidade de faixa na grade horária desse serviço, principalmente nas primeiras horas da madrugada, quando cessa a circulação dos trens metropolitanos, se caracterizando, assim, como sistema de tráfego misto no trecho acima mencionado. A convivência desses dois serviços tende a ser cada vez mais complexa e difícil, na medida em que cresce a demanda no tráfego dos trens de passageiros.

Dentro do sistema operacional da Linha 12-Safira circulam trens metropolitanos da CPTM, veículos de serviço e trens de cargas predominantemente da MRS Logística S/A, efetuando transposições com rotas previamente estabelecidas como a seguir.

Os trens de passageiros circulam entre a Estação Brás e a Estação de Calmon Viana, e são formados por composições de TUE's (Trens Unidades Elétricas), com carga aproximada de 19 t/eixo e velocidade diretriz de 90 km/h.

Os trens de carga circulam no trecho entre a Estação Brás e a variante de Calmon Viana, sendo composições formadas por locomotivas e vagões, com até três ou quatro locomotivas tracionando, carga de 30 t/eixo e velocidade diretriz de 50 km/h.

### 3.3.2 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA VIA PERMANENTE

O sistema de via permanente da Linha 12-Safira é composto por:

- Em toda a sua extensão em bitola larga de 1600 mm;
- As vias são constituídas de dormentes de madeira (taxa de dormentação de 1833 un/km), e de dormentes de concreto (taxa de dormentação de 1666 un/km);
- Trilhos TR57 padrão americano AREMA e trilhos UIC60 no padrão europeu;
- Fixação elástica – em geral, é utilizado o grampo modelo e-Clip;
- A via está assentada sobre lastro padrão com espessura média de 30 cm (especificado) sob os dormentes;
- A distância de entrevia é de 4,50 m, podendo variar em alguns trechos em função de características físicas do local;
- Os Aparelhos de Mudança de Via - AMV's são no padrão AREMA, com abertura variando do n° 8 ao n° 16, dependendo da localização e condições geométricas dos pontos onde estão assentados. Em alguns

trechos há também AMV's no padrão UIC, com aberturas 1:14 - 1:11,4 - 1:8, podendo ter dormentação em madeira ou concreto;

- Na maior parte das linhas, o limite máximo de carga por eixo é de 32 toneladas;
- As vias são sinalizadas e possuem o seu centro de controle operacional no Brás e estão eletrificadas, no qual o contato se dá entre pantógrafo (trem elétrico) e rede aérea (um único fio trolley) apoiada sobre estruturas metálicas (pórticos), com alimentação de 3000Vcc e o trilho como retorno. As locomotivas de tração para os trens de carga são a diesel.

### 3.4 PERÍODO DE TRABALHO

Havendo a necessidade de acessos às vias, estes deverão ser previamente solicitados ao Gestor do contrato ou seu preposto, que providenciará junto às áreas envolvidas a cessão de intervalos, tanto na operação dos trens como na desenergização das redes elétricas, quando necessário.

Se nestes casos, por razões de segurança, for exigido o desligamento de circuitos elétricos em operação, deverá ser submetido à aprovação da CPTM, com antecedência mínima de 15 dias, um programa de trabalho, detalhando as atividades que serão realizadas, bem como os desligamentos necessários. A CPTM deverá se manifestar com 7 dias de antecedência do início da realização dos serviços.

A CPTM coordenará os trabalhos dos diferentes setores, no sentido de programar os intervalos na operação dos trens e para os desligamentos da rede aérea, onde os serviços assim o exigir, bem como convocar reuniões de programação e estabelecer prioridades de acordo com os cronogramas previstos para o desenvolvimento dos serviços.

A CPTM designará funcionário com conhecimentos de desligamentos da rede aérea e interrupção de tráfego na via permanente, para acompanhar o serviço.

Deverá a CONTRATADA cumprir rigorosamente os intervalos programados para a realização dos serviços, sob pena de ressarcimento de atrasos que venham causar à circulação por interrupções do tráfego ferroviário, fora do intervalo previsto. Cada ocorrência deste tipo será objeto de análise a juízo da CPTM.

As áreas de trabalho deverão ser isoladas para garantir a segurança física dos empregados envolvidos com os serviços, bem como evitar interferências com o tráfego ferroviário. Será de fundamental importância considerar no planejamento dos serviços a convivência com o tráfego de trens e com as redes elétricas energizadas.

O fornecimento e instalação de placas de sinalização ferroviária, na região de atuação das atividades, de acordo com as normas de segurança da CPTM, são de responsabilidade da CONTRATADA.

Os serviços se enquadrarão na programação diária, obedecendo a seguinte ordem:

1. Acessos Simples;

2. Cautela de 40km/h ou 20km/h em uma ou mais vias;
3. Interdição Diurna ou Noturna.

Os horários dos serviços dos serviços preparatórios e complementares serão:

- **De segunda a sexta-feira:** das 09h30 às 15h30, para programações 'simples' e de 'cautela'.
- **De terça-feira a sábado:** das 01h30 às 03h30, para programações de 'interdição noturna'.
- **Domingos e feriados:** das 02h00 (domingo) às 03h00 (segunda), para 'interdições diurnas', em caráter eventual e mediante análise especial e aprovação por parte da área operacional.

Durante a fase do serviço principal, as vias objeto desse contrato ficarão interditadas 24 horas por dia, todos os dias da semana, continuamente, até a conclusão dos serviços e devidos testes de funcionamento.

Definição das formas de programação de acessos:

- **Simples:** É um acesso onde o serviço é executado fora do gabarito operacional, não sendo permitido a sua invasão durante a execução do serviço. Em função da ausência de interferência operacional, e mediante combinação prévia com a CPTM, esse acesso pode ser realizado em outros horários além dos previstos acima.
- **Cautela:** É um acesso diurno em que há a restrição de velocidade com emplacamentos de uma ou mais vias sem a necessidade de interrupção do tráfego, interferindo parcialmente na operação.
- **Interdição Noturna:** É um acesso noturno em que há a interrupção total de tráfego em uma via.
- **Interdição Diurna:** É um acesso diurno, preferencialmente executado durante os domingos e feriados, em que há a interrupção de tráfego em uma via. Em casos excepcionais, se houver interrupção total da circulação nas vias, faz-se necessário solicitar a operação adicional de ônibus nos trechos interditados (PAESE) ou de outras operadoras que possam atender os passageiros, como o Metro-SP. Normalmente não há previsão de concessão desse tipo de intervalo se prorrogando para segunda-feira ou dia útil subsequente ao feriado.

Notas:

- Todas as programações serão sujeitas a aprovação pela Operação da CPTM em reuniões periódicas, usualmente quinzenais, e intermediadas pela Gestão do Contrato.
- Conflitos de interesse e prazo serão compatibilizados com subsídios e informações provenientes da CONTRATADA constantes no Plano de Trabalho e Análise Técnica da Tarefa (ATT).

- Todos os serviços previstos nas planilhas para a manutenção da super e infraestrutura da via permanente poderão ser executados durante a semana e aos finais de semana, nas condições citadas acima.

#### **4 PLANO DE TRABALHO**

- 4.1 O Plano de Trabalho da CONTRATADA deverá ser apresentado em até 5 dias corridos, contados da data de assinatura do contrato.
- 4.2 A CPTM terá o prazo de 5 dias corridos para a análise e aprovação do Plano de Trabalho.
- 4.3 Na hipótese de reprovação do Plano de Trabalho pela CPTM, a CONTRATADA deverá reapresentá-lo em um prazo de 3 dias corridos e a CPTM terá novo prazo de 3 dias corridos, a partir da data de sua reapresentação, para sua análise e aprovação.
- 4.4 Ocorrendo nova reprovação do Plano de Trabalho, considerar-se-á como descumprimento de item de contrato.
- 4.5 O Plano de Trabalho deve reunir as informações a seguir:

##### **Documentação**

- Prova de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referente ao registro do contrato no CREA-SP, conforme determina a Resolução CONFEA nº 1025 de 30 de outubro de 2009; carta com a indicação nominal da equipe técnica (equipe chave), composta pelo coordenador técnico operacional, engenheiros de manutenção, técnicos de manutenção e engenheiro de desenvolvimento, que deverá atuar no contrato e ser aprovada pela CPTM antes do início dos serviços;
- Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) sobre os serviços da manutenção via permanente, que deverá ser obrigatoriamente dos profissionais da equipe técnica (equipe chave), onde o Coordenador Técnico Operacional deverá obrigatoriamente apresentar a ART como o responsável técnico principal para os serviços contratados;
- Visto pelo CREA São Paulo, no registro profissional do responsável técnico, na hipótese do mesmo ser de outra região, de acordo com o artigo 58 da Lei nº 5.194/66; atendendo todas as diretrizes da Norma Implementadora 01/011 - Cláusula de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviços e Obras; e
- Prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a CONTRATADA, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados.

##### **Estratégia Operativa**

Descrição sistematizada das ações que serão empreendidas para a realização dos serviços, compreendendo os requisitos básicos: plano de mobilização e de adequação das instalações e dependências disponibilizadas à manutenção; logística de montagem dos componentes, planos de gestão de materiais (suprimento, sucatas e inservíveis, gestão de resíduos) e política ambiental.

Descrição do plano de contingência em situações em que a circulação fique prejudicada após a execução de serviços desse contrato, decorrente de ação dos mesmos, onde as condições da via não permitam a plena circulação de trens, salvo em casos já previstos e acordados entre as partes.

### **Estrutura de Pessoal**

Deverão integrar a equipe técnica (equipe chave), durante toda eficácia do contrato, no mínimo os profissionais abaixo com as correspondentes funções e quantidades, que serão verificados pela CPTM através de documentos hábeis, devendo estar em dia com o seu registro profissional no órgão competente:

- Coordenador Técnico Operacional: 01 Engenheiro, com formação civil, mecânica ou de produção, com experiência mínima de 10 anos comprovada em coordenação e execução de serviços de manutenção, e/ou projeto e/ou implantação de via permanente de sistema ferroviário ou metroviário;
- Técnicos de Manutenção: 01 Técnico de nível médio, com formação mecânica ou edificações, com experiência mínima de 2 anos comprovada em execução de serviços de manutenção de via permanente de sistema ferroviário ou metroviário.

### **Equipamentos**

Relacionar os equipamentos que serão disponibilizados para a execução dos serviços, com suas características, especialmente sobre quais veículos ferroviários da CPTM serão necessários para a execução das atividades.

O prazo de disponibilização dos equipamentos deve ser compatível com a execução de serviços que necessitam desses recursos, de modo que não ocorra nenhum comprometimento dos andamentos dos serviços conforme cronograma e solicitações da CPTM.

### **Sistema de Gerenciamento e Garantia de Qualidade**

Descrever o sistema de gerenciamento e o sistema de garantia da qualidade a ser aplicado na prestação dos serviços, indicando e observando as certificações que possui.

## **5 ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**

Os serviços realizados e aprovados pela CPTM serão medidos através de preços unitários e seus respectivos quantitativos, conforme planilhas específicas.

Somente serão aceitos e aprovados pela Fiscalização da CPTM os serviços que atenderem todas as especificações, normas e padrões de qualidade previstas nesse Contrato e na legislação vigente.

## 5.1 SERVIÇOS REALIZADOS FORA DOS PADRÕES DE TOLERÂNCIAS

Considera-se descumprimento contratual, os serviços realizados fora dos padrões de tolerâncias preconizadas nas especificações técnicas, procedimentos de manutenção e desenhos elaborados pela CPTM.

Somente na ausência de documento técnico referenciado nesse contrato que defina os padrões e limites exigidos pela CPTM, seguem abaixo os parâmetros e tolerâncias a serem obedecidos, conforme Tabela I - Parâmetros e Tolerâncias de via, e demais itens abaixo:

Tabela I – Parâmetros e Tolerâncias de via:

Parâmetros	Tolerâncias (milímetros - mm)
Bitola	-2 / +25
Empeno	2 mm/metro de via (1:500)
Nivelamento transversal (base 5 metros)	≤ 10
Nivelamento longitudinal (base 5 metros)	≤ 10
Alinhamento (base 10 metros)	≤ 10
Superelevação	±0,50
Taxa dormentação deteriorada	≤ 10%
Desgaste do trilho – região do boleto	Máximo de 25% da área

Principais Procedimentos de Manutenção a serem observados:

- PM AI8837-2 Medição de bitola e superelevação da via
- PM AI8839-9 Inspeção e manutenção das fixações elásticas
- PM AI8846-1 Inspeção e manutenção de dormente de madeira
- PM AH2512-0 Correção geométrica da via permanente
- PM AH2513-9 Conservação e manutenção do lastro da via.

Caso, durante inspeção da super e infraestrutura da via permanente realizada por técnicos ou demais profissionais da CPTM, sejam constatados dados técnicos fora dos padrões estabelecidos, a Fiscalização da CPTM comunicará à CONTRATADA as necessidades e providências a serem tomadas.

## 6 DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E LEGISLAÇÃO VIGENTE

A CONTRATADA deverá atender todas as normas técnicas, legislação e documentação técnica da CPTM vigentes e pertinentes estabelecidas referente a esse objeto, com destaque em especial:

## 6.1 NORMAS TÉCNICAS

- NBR 7914 Projeto de lastro para via férrea – Procedimento;
- NBR 17032 Via férrea — Lastro-padrão — Condições mínimas e formas de manutenção;
- NBR 6966 Dormente;
- NBR 7511 Dormentes de madeira — Requisitos e métodos de ensaio;
- NBR 7590 Trilho Vignole — Requisitos;
- NBR 16845 Trilho Vignole — Inspeção ultrassônica — Procedimentos;
- NBR 7640 Defeitos de trilhos - Terminologia, tolerâncias e tratamentos;
- NBR 15997 Trilho — Soldagem aluminotérmica;
- NBR 11449 Trilho Vignole — Solda — Determinação da resistência à fadiga;
- NBR 11430 Trilho para via férrea - Inclinação – Padronização;
- NBR 17033-3 Fixações elásticas – Parte 3: Assentamento sobre dormente de madeira;
- NBR 16524 Via férrea - Junta isolante colada – Requisitos.

Na ausência de normalização por parte da ABNT poderão ser utilizadas as seguintes normas:

- AREMA – American Railway Engineering and Maintenance of Way Association
- ASTM – American Society for Testing Materials
- EN – European Norm
- UIC – Union Internacional des Chemins de Fer
- ERRI – European Rail Research Institute
- DIN – Deutsche IndustrieNormen
- ISO – International Standard Organization
- NEMA – National Electrical Manufacturers Association
- IEC – International Electrotechnical Commission
- NEC – National Electrical Code

As cópias das normas utilizadas deverão ser entregues a CPTM, em cada fase do processo, conforme segue, sendo que na apresentação da proposta, apenas aquelas utilizadas somente para esta fase.

Todas as normas utilizadas deverão ser na língua portuguesa.

Além das normas técnicas, deverão ser respeitadas todas as normas e legislação referente à segurança e prevenção de acidentes no trabalho, vigentes no Brasil. As normas utilizadas deverão ser a última edição vigente na data da publicação do Edital.

Os projetos, estudos e os serviços de Manutenção da Via Permanente Superestrutura e Adequação da Infraestrutura, deverão ser desenvolvidos de acordo



com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e demais normas aplicáveis aos serviços em questão.

Todas as unidades de medida adotadas deverão, obrigatoriamente, constar do Sistema Internacional de Unidades ou serem abrangidas pelo Decreto-Lei nº 62.292 de 22 de fevereiro de 1968 e nº 63.233 de 12 de setembro de 1968.

Entende-se que a edição válida de tais Normas será a última vigente na data de publicação do Edital. Poderão ser adotadas outras Normas de reconhecida autoridade, que garantam um fornecimento de qualidade não inferior ao conseguido com as Normas citadas, desde que haja uma prévia aprovação da CPTM. Neste caso deverão ser anexados exemplares completos dessas Normas.

Quando houver divergência entre as Especificações e as Normas, prevalecerão às prescrições indicadas nas Especificações. Deverão, além disso, ser respeitadas todas as normas e regulamentos de segurança e de prevenção de acidentes vigentes no Brasil.

A CONTRATADA deverá atender as Normas vigentes, independentemente de estarem listadas ou não nesse documento, salvo orientação específica da Gestão.

## 6.2 DOCUMENTAÇÃO CPTM

Os documentos técnicos da CPTM, abaixo relacionados, deverão ser observados pela CONTRATADA na execução dos serviços:

### **NORMAS CPTM**

- CPTM NI.01/011 - Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviços e Obras;
- CPTM NS.DO/002 - Execução de obras ao longo da via férrea;
- CPTM NS.GFA/001 - Emissão de Documentos Técnicos;
- CPTM NI.01/002 - Documentos técnicos;
- CPTM NG/004 - Diretrizes Operacionais;
- CPTM NG/005 - Diretrizes para o Serviço de Transporte Metropolitano;
- CPTM NS.DP/004 - Utilização do Território por Terceiros.

### **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

- ET CPTM AA1095-4    Aparelhos de Mudança de Via - AMV - em Trilhos TR-57 / TR-60 / TR-68
- ET CPTM AI0347-4    Gabarito de Obstáculos para Construção de Instalações Fixas – Linhas A, B, C, D, E e F
- ET CPTM AK3744-0    Aquisição de Porção de Solda Aluminotérmica Tipo Skv, Materiais, Acessórios, Equipamentos e Máquinas
- ET CPTM AK7802-3    Serviços Topográficos
- ET CPTM AK7803-1    Projeto Geométrico do Traçado da Via Permanente
- ET CPTM AN1008-2    Interfaces de Aparelho de Mudança de Via
- ET CPTM AN1016-3    Interfaces, Dados Técnicos e Operacionais para Elaboração de Projetos de Super e Infraestrutura das Vias da CPTM
- ET CPTM AS6843-1    Marcos de Amarração dos Pontos Notáveis



## **PROCEDIMENTO E PLANO DE MANUTENÇÃO**

- PM CPTM AD4668-5 Roteiro Geral para Inspeção da Superestrutura da Via Permanente
- PM CPTM AD9587-2 Substituição de Trilhos (T.L.S)
- PM CPTM AD9589-9 Liberação de Tensões Térmicas em Trilhos Longos Soldados (T.L.S.) e em Trilhos Contínuos Soldados (TCS)
- PM CPTM AH2512-0 Correção Geométrica da Via Permanente
- PM CPTM AH2513-9 Conservação e Manutenção do Lastro da Via
- PM CPTM AI8837-2 Medição de Bitola e Superelevação da Via
- PM CPTM AI8839-9 Inspeção e Manutenção das Fixações Elásticas
- PM CPTM AI8846-1 Inspeção e Manutenção de Dormente de Madeira
- PM CPTM AI8847-0 Processo (SKV) de Soldagem Aluminotérmica.
- PM CPTM AI8873-9 Inspeção nos Componentes de AMV-A - Agulhas e Jacaré para Bitola Larga
- PM CPTM BA3572-1 MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE CAMPO EM MÁQUINAS DE CHAVE GEC ALSTOM HW2122
- PL CPTM BI8850-3 Plano de manutenção preventiva (PMP) de via permanente – super e infraestrutura – via corrida e AMV

## **DESENHO**

- DE CPTM AC1942-0 GRADE DAS AGULHAS - AMV 1:10, Bitola 1,60m, TR57
- DE CPTM AD2141 Gabarito de Obstáculos para Construção de Instalações Fixas - Rede Aérea
- DE CPTM AD4371-6 Perfil de Rolamento das Rodas utilizado em todos os TUE's
- DE CPTM AK2765-8 JACARÉ N°10 COM NÚCLEO DE AÇO MANGANES
- DE CPTM AN7939-2 Contratrilho Ajustável de 3.810mm (8 placas) e 4.700mm (10 placas) em Trilho TR-57
- DE CPTM BH8333-7 JACARÉ ESPECIAL DUPLO CENTRAL
- DE CPTM BH8334-5 X NO BRAS – JACARÉ ESPECIAL SIMPLES RETO

## **PROCEDIMENTO OPERACIONAL**

- PO CPTM BD3767-1 NÍVEIS DE VELOCIDADE - LINHAS 11 - CORAL / 12 - SAFIRA / 13 - JADE
- PO CPTM BF4799-4 CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES
- PO CPTM BF4812-5 NÍVEIS DE VELOCIDADE - LINHAS 07 - RUBI / 10 – TURQUESA

## **INSTRUÇÃO TÉCNICA**

- IT CPTM AI2504-4 Inspeção de Soldas Aluminotérmicas pelo Método do Ultrassom
- IT CPTM AT9935-8 Inspeção de Soldas Aluminotérmicas, Solda por Caldeamento e Trilho pelo Método de Ultrassom

## **PROCEDIMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL**

- BH8895-9 Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Produtos Perigosos – Operação e Manutenção.

As siglas da documentação técnica CPTM são:

- NG: Norma CPTM.
- NS: Norma CPTM.
- NI: Norma CPTM.
- PM: Procedimento de Manutenção.
- PO: Procedimento Operacional.
- ET: Especificação Técnica.
- IT: Instrução Técnica.
- DE: Desenho.
- PR: Procedimento de Gestão Ambiental.

Todas as grandezas e unidades devem ser as do Sistema Internacional de Unidades (SI).

Qualquer proposta de alteração das “Especificações” deverá ser submetida à aprovação prévia da CPTM, não sendo aceita, desde já, alteração que comprometa as características de desempenho especificadas.

Toda documentação técnica a ser apresentada pela CONTRATADA à CPTM deverá obedecer rigorosamente às Normas NI.01/002 e NS.GFA/001, que disciplinam a emissão, codificação, padronização, circulação, aprovação e arquivamento de documentos.

Toda documentação técnica deverá ser apresentada na quantidade, formato e tipos de arquivo conforme determinado nas respectivas normas e especificações técnicas. A aprovação dos documentos por parte da CPTM não exime a CONTRATADA de responsabilidade técnica pelo conteúdo deles.

Além dos documentos acima relacionados, no edital poderão ser disponibilizados outros documentos que a CPTM julgar pertinente ao contrato, não podendo a CONTRATADA alegar desconhecimento.

## **7 MEIO AMBIENTE**

A CONTRATADA deverá conhecer e cumprir todas as regulamentações, leis, decretos, normas e demais disposições governamentais de caráter socioambiental que se relaciona com o objeto do Contrato.

Todos os documentos, relatórios e planilhas de controle relacionados ao cumprimento dos programas ambientais abaixo mencionados devem ser encaminhados em formato editável para Gerência de Meio Ambiente da CPTM, quando requisitado.

O Plano de Trabalho a ser apresentado logo após a assinatura do Contrato, deve conter considerações quanto à aplicação dos procedimentos ambientais ao longo do desenvolvimento das atividades, e a periodicidade de apresentação dos controles ambientais à Gerência de Meio Ambiente da CPTM.

## 7.1 EFLUENTES E EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

### **Efluentes**

A CONTRATADA será responsável pelo gerenciamento de todo efluente que produzir na execução de seus serviços, razão pela qual se obriga a realizar a correta destinação.

É vedado o lançamento de efluentes sem tratamento prévio diretamente na rede de esgotamento sanitário, nos cursos d'água ou solo.

É vedado o lançamento dos resíduos de cimento, lavagem de caminhões betoneira, lavagem do maquinário diretamente no solo ou nos cursos d'água.

Todos os efluentes gerados devem ser destinados de acordo com as legislações vigentes aplicáveis. Os esgotos domésticos, assim denominados aqueles efluentes provenientes de banheiros, cozinhas e copas, devem ser preferencialmente lançados na rede pública coletora. Nos casos em que não haja possibilidade de sua ligação à rede coletora, a CONTRATADA deverá justificar e validar junto a CPTM soluções ambientalmente adequadas, que contemplem tanques sépticos, biodigestores ou outras soluções de acordo com a legislação vigente.

No caso de efluentes provenientes de processos industriais, estes deverão ser previamente analisados para enquadrá-los de acordo com os padrões e limites da legislação (Decreto Estadual 8468/1976), e devem possuir tratamento adequado, composto minimamente por caixa separadora de água e óleo (CSAO) e/ou sistemas de tratamento de efluentes (estação de tratamento de efluente – ETE), de acordo com a característica do material gerado. É obrigatória a realização de limpeza periódica do sistema de tratamento de efluente, garantindo seu perfeito estado de funcionamento e conservação, assim como a realização de análises semestrais para verificação dos parâmetros do efluente industrial gerado de acordo com a legislação vigente e em especial com o Decreto Estadual 8468/1976. Fica vedado quaisquer lançamentos de efluentes industriais no sistema de drenagem pluvial, sem prévio tratamento.

A CONTRATADA deve comprovar a correta destinação aos efluentes, com a entrega do CADRI, quando aplicável, Certificado de Destinação Final (CDF) e documentos que comprovem a regularidade ambiental das empresas envolvidas (esgotamento, transporte e destinação final).

Para disposição de efluentes interligados à rede coletora (SABESP) a CONTRATADA deve apresentar mensalmente a conta de água e esgoto da Concessionária devidamente paga a CPTM. De igual modo, deverá realizar o preenchimento de Planilha de controle fornecida pela Gerência de Meio Ambiente e apresentar trimestralmente.

## **Emissões Atmosféricas**

As emissões atmosféricas, assim denominadas todas as emissões de fumaça, particulados, gotículas, aerossóis, calor etc., devem estar dentro dos padrões estabelecidos na legislação vigente.

A CONTRATADA compromete-se a realizar a manutenção dos equipamentos para garantir que os limites legais sejam atingidos.

### **7.2 FAUNA**

Eventuais controles de pragas urbanas nas bases de apoio devem ser feitos de acordo com a legislação vigente e nos moldes preconizados pela Instrução Normativa n.º 141, de 19 de dezembro de 2006, que regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.

Para dedetização a CONTRATADA garantirá o uso de produtos que contenha FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos) devidamente aprovados pelo IBAMA para o emprego específico em atividades de controle da fauna.

No caso de dedetização será exigido o certificado assinado por responsável habilitado, com descrição do produto utilizado e o prazo de validade da aplicação, com exceção da fauna sinantrópica, elencada no parágrafo 1 do artigo 4º da Instrução Normativa do IBAMA de nº 141.

Todo controle da fauna sinantrópica nociva deve observar a legislação vigente, especialmente no que se refere à maus tratos, translocação e utilização de produtos químicos.

Para as demais espécies o manejo e controle somente serão permitidos mediante aprovação e autorização expressa do IBAMA.

Em caso de eventual manejo ambiental ou controle da fauna sinantrópica os certificados de desinsetização e dedetização deverão ser encaminhados para a Gerência de Meio Ambiente da CPTM.

Caberá a CONTRATADA preencher a planilha de controle constante no referido programa para apresentação mensal à Gerência de Meio Ambiente da CPTM.

### **7.3 RESÍDUOS E PRODUTOS PERIGOSOS**

#### **7.3.1 RESÍDUOS**

A CONTRATADA é responsável pelos resíduos gerados na execução do serviço, devendo obrigatoriamente controlar a geração do resíduo até a destinação final.

A CONTRATADA deverá manter nas frentes de serviço, quando aplicável, coletores, tambores ou outros para coleta de resíduos sólidos não perigosos, de modo a instituir a coleta seletiva dos resíduos.

O local para armazenamento provisório de resíduos na base de apoio deve ser coberto e dispor de separador (tapumes, paredes ou divisórias), ou utilizar contêineres, visando manter a segregação correta dos resíduos e impedir sua exposição às intempéries e a observância das exigências legais relativas aos locais de armazenamento.

### **Resíduos sólidos domiciliares**

Os resíduos domiciliares são àqueles gerados nas salas administrativas, banheiros, copas e cozinhas. A CONTRATADA deverá providenciar a separação, segregação e destinação dos resíduos domiciliares segundo sua classificação, seja para a reciclagem, no caso dos resíduos recicláveis, seja para aterros licenciados, no caso dos resíduos orgânicos ou não recicláveis. A separação dos resíduos recicláveis deverá ser feita conforme CONAMA nº 275, bem como nos termos da Lei Municipal nº 13.478/02.

Os resíduos domiciliares gerados deverão ser acondicionados de forma a evitar a proliferação de insetos, roedores e outros vetores de doenças.

### **Resíduos sólidos industriais**

Os resíduos sólidos industriais são aqueles provenientes das atividades da implantação, sendo que caberá a CONTRATADA gerir os resíduos mencionados, no que se refere ao transporte, tratamento e destinação final, nos termos legais.

Os resíduos deverão ser separados, segregados, armazenados e destinados conforme suas classificações, sendo que o gerenciamento será custeado pela CONTRATADA. Os resíduos com valor agregado (sucatas e inservíveis) devem ser acondicionados e armazenados para posterior destinação pela CPTM.

Eventuais resíduos provenientes de óleos lubrificantes, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes (de vapor de sódio, mercúrio e de luz mista), pneus, agrotóxicos, tintas, produtos eletrônicos (e seus componentes) e eletrodomésticos deverão ser destinados por meio de logística reversa, em atendimento ao disposto na Resolução CONAMA 401/08, Política Nacional de Resíduos Sólidos e DD 076/2018.

### **Quanto à classificação, armazenamento e destinação dos resíduos:**

#### Classificação

Os resíduos devem ser classificados segundo as definições da norma NBR 10.004 - Classificação de resíduos.

Os resíduos de construção civil devem ser classificados pela Resolução CONAMA nº 307, e destinados de acordo com esta classificação sempre que aplicável.

### Armazenamento

Para armazenamento de resíduos classe II – não inerte e inertes, a CONTRATADA seguirá as condições exigíveis na NBR 11.174 - Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III - inertes.

Para armazenamento de resíduos sólidos perigosos, deverá ser seguida a NBR 12.235 - Armazenamento de resíduos sólidos perigosos.

### Destinação

Para a destinação dos resíduos, a CONTRATADA deve contratar empresas que comprovem a regularidade ambiental, com as devidas licenças ambientais, cadastro e autorização dos órgãos ambientais pertinentes, alvarás, dentre outros. A documentação comprobatória da regularidade ambiental deverá ser submetida à análise e manifestação da Gerência de Meio Ambiente da CPTM.

A destinação dos resíduos de produtos perigosos (Classe I) deverá ser precedida de emissão de CADRI, que deverá ser apresentado à Gerência de Meio Ambiente previamente ao início das atividades.

A CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente, à Gerência de Meio Ambiente da CPTM, a planilha de controle de gestão de resíduos anexa ao Procedimento de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Produtos Perigosos – Operação e Manutenção, apresentando o balanço mensal dos resíduos gerados e destinados no período, e anexando os Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR) e Certificados de Destinação Final (CDF) correspondentes.

Toda documentação a ser produzida no gerenciamento de resíduos deverá ser elaborada em consonância com Lei Estadual 12.300/2006 combinado com a Lei Federal n.º 13.305/2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

## **7.3.2 PRODUTOS PERIGOSOS**

Os locais destinados à recepção, guarda, controle, conservação e distribuição dos produtos perigosos devem atender a Instrução Técnica nº 32/2018 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

Os recipientes destinados ao armazenamento de produtos perigosos devem ser homologados pelo INMETRO.

A CONTRATADA deverá manter todas as FISPQs dos produtos químicos utilizados em local de fácil acesso, preferencialmente próximo ao local de armazenamento dos produtos perigosos.

Os produtos perigosos deverão ainda ser identificados e rotulados de acordo com sua classificação, conforme a NBR 7500 - Símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de materiais.

O transporte de produtos perigosos e resíduos de produtos perigosos (Classe I), deverá ser precedido de emissão de CADRI, que deverá ser apresentado à Gerência de Meio Ambiente da CPTM, previamente ao início das atividades, assim como as demais documentações comprobatórias da regularidade ambiental das empresas envolvidas, como licenças ambientais, cadastro e autorização dos órgãos ambientais pertinentes, alvarás, dentre outros.

A falha no armazenamento, transporte adequado e a destinação para local próprio será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que arcará com os prejuízos ocasionados a CPTM.

A CONTRATADA será responsável pelo preenchimento e apresentação mensal da planilha de gestão de produtos perigosos, a ser fornecida pela Gerência de Meio Ambiente da CPTM.

#### 7.4 RUÍDOS E VIBRAÇÕES

A CONTRATADA deverá realizar manutenção periódica dos equipamentos empregados na execução do contrato, tomando as medidas necessárias para atendimento aos níveis de emissões estabelecidos pela legislação vigente.

#### 7.5 VEGETAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

É proibido o uso de fogo sob quaisquer condições e para quaisquer finalidades.

#### 7.6 ÁREAS CONTAMINADAS

Os aspectos ambientais como resíduos e efluentes devem ser corretamente gerenciados de acordo com as orientações elencadas anteriormente, para garantia da qualidade do solo e da água.

Qualquer ocorrência que interfira na qualidade do solo e da água ou situação de identificação de possível contaminação durante as atividades deverá ser comunicada a Gerência de Meio Ambiente da CPTM.

A CONTRATADA será responsável por todo dano, inerente às suas atividades, que afete à qualidade do solo e da água, devendo assim arcar com os custos para realização dos estudos ambientais e demais ações necessárias associadas ao gerenciamento de áreas contaminadas.

### 8 **ANEXOS ÀS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO (já disponibilizados em mídia eletrônica por ocasião da divulgação do edital)**

8.1 A CPTM já disponibilizou a documentação que compreende as normas, especificações técnicas, desenhos, procedimentos, critérios de medição, cronograma, etc, de forma a permitir a execução dos serviços em questão.

8.1.1 A documentação disponibilizada em mídia eletrônica integra estas Condições Gerais de Execução.

**ANEXO 2**  
**LICITAÇÃO LC01323**  
**PROPOSTA DA CONTRATADA**



**ANEXO 4**  
**LICITAÇÃO LC01323**

**CARTA DE PROPOSTA**

**À**

**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

A/C Gerência de Contratações e Compras

**LICITAÇÃO LC01323 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA  
MONTAGEM DE APARELHOS DE MUDANÇA DE VIA NA LINHA 12 - SAFIRA -  
REGIÃO DO BRÁS.**

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, apresentamos nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

**1 SERVIÇOS**

1.1 A presente proposta refere-se à prestação de serviço de engenharia para montagem de aparelhos de mudança de via na Linha 12 – Safira – Região do Brás.

1.2 Nela, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital da **LICITAÇÃO LC01323** e seus anexos.

**2 TAXA DE DESCONTO**

2.1 A taxa de Desconto, a ser aplicada sobre o valor orçado da CPTM, para os serviços objeto do edital, que propomos é de: 0,50 % (zero, cinquenta por cento).



### **3 PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VALIDADE DA PROPOSTA**

3.1 O prazo para execução dos serviços é de 02 (dois) meses a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço – O.S., a ser emitida pela CPTM em até 10 (dez) dias corridos da data da assinatura do contrato e da aprovação, pela CPTM, do plano de trabalho da CONTRATADA, conforme Condições Gerais de Execução – Anexo 1.

3.1.1 Considerando-se que a parte relevante das atividades serão desenvolvidas com as vias interditadas, situação que somente poderá ocorrer nos momentos de menor demanda das linhas, o contrato deverá ser iniciado em dezembro/2023, com as atividades de mobilização e preparação, e o período efetivo de interdição, de no máximo 20 (vinte) dias, ocorrerá em janeiro/2024.

3.2 O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias úteis, contados a partir da data estabelecida para abertura da licitação.

### **4 DECLARAÇÕES**

4.1 Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados.

4.2 Declaramos ter pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste contrato.

4.3 Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições da Lei Federal nº 13.303/16, do Regulamento de Licitações e Contratos e demais Ajustes da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação.

4.4 Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o “Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM” que se encontra disponível no site da Companhia no endereço eletrônico

<http://sis.cptm.sp.gov.br/Licitacoes/Normas.aspx>.



**5 DADOS QUALIFICATIVOS DO PROPONENTE**

Razão Social: CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A  
Endereço: Av. Candido de Abreu, n.º 70, Sala 01, Centro Cívico, Curitiba -  
PR  
CNPJ: 92.779.503/0001-25  
Telefone: (11) 3040.2260  
E-mail: [comercial.sp@castilho.com.br](mailto:comercial.sp@castilho.com.br)

Atenciosamente,

Curitiba, 06 de novembro de 2023

**CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A****SERVULO SANCHES****CORREA:29035956826**

Assinado de forma digital por SERVULO  
SANCHES CORREA:29035956826  
Dados: 2023.11.06 09:17:08 -03'00'

Sérvulo Sanches Corrêa  
Arquiteto – Representante Legal  
Identidade nº 23.027.366-X/SSP/SP  
CPF nº 290.359.568-26

CLAUDIA MIDORI  
PASSEROTTI VACISKI  
BARBOSA:176091188  
77

Assinado de forma digital por  
CLAUDIA MIDORI PASSEROTTI  
VACISKI BARBOSA:17609118877  
Dados: 2023.11.06 11:24:38 -03'00'

Claudia Midori Passerotti Vaciski Barbosa  
Engenharia Civil – Representante Legal  
Identidade nº 18.718.386-7/SSP/SP  
CPF nº 176.091.188-77



**ANEXO 3**

**CONTRATO LC01323-01**

**PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS**

**CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**  
**PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS**

**Serviço de engenharia para montagem de aparelhos de mudança de via na Linha 12 - Safira - região do Brás**

TAXA DE DESCONTO (%)	0,50%
----------------------	-------

Data Base: Julho/2023

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
<b>01</b>	<b>BASES DE APOIO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>						<b>128.155,88</b>
01.11.01.100.01	Administração local.	un	1,00	103858,90	103.339,60	103.339,60	
02.01.03.100.06	Placa de Identificação de Instalações e/ou serviço	m²	12,00	311,58	310,02	3.720,24	
02.01.03.110.20	Mobilização e desmobilização de container para Canteiro, incluindo equipe e equipamento	un	3,00	1451,09	1.443,83	4.331,49	
02.01.00.100.11	Limpeza manual do terreno (com raspagem superficial)	m²	264,00	6,76	6,72	1.774,08	
02.01.03.210.01	Ligação provisória de água e instalação sanitária provisória - instalação mínima	un	1,00	1113,34	1.107,77	1.107,77	
02.01.03.220.01	Ligação provisória de energia elétrica - instalação mínima	un	1,00	2977,02	2.962,13	2.962,13	
02.01.03.210.10	Execução de reservatório elevado de água (1000 litros) em canteiro, apoiado em estrutura de madeira	un	1,00	5036,04	5.010,85	5.010,85	
02.01.03.110.16	Locação container depósito com dimensão: 2,30 x 4,00m e altura de 2,50m	un x mês	2,00	603,12	600,10	1.200,20	
02.01.03.110.17	Locação de container Escritório com dimensão: 2,30 x 6,00m e altura de 2,50m, com ar condicionado e divisória	un x mês	2,00	1108,27	1.102,72	2.205,44	
02.01.03.110.15	Locação de container 2,30 x 4,30 m, alt. 2,50 m, para sanitário, com 3 bacias, 4 chuveiros, 1 lavatório e 1 mictório.	un x mês	2,00	1258,34	1.252,04	2.504,08	
<b>02</b>	<b>LEVANTAMENTOS E PREPARAÇÃO</b>						<b>116.097,60</b>
09.03.00.100.04	Levantamento e cálculo de correção geométrica de via e AMV	m	1100,00	8,49	8,44	9.284,00	
02.01.00.110.20	Levantamento planialtimétrico Cadastral, Classe IPAC, georreferenciado em área operacional	m²	12000,00	1,21	1,20	14.400,00	
09.03.06.180.16	Fixação de trilho para amarração de ponto nótavel de curva	un	40,00	199,16	198,16	7.926,40	
02.01.01.200.13	Regularização mecanizada do solo	m²	1250,00	4,53	4,50	5.625,00	
02.01.01.110.05	Carga e descarga mecanizada de solo e transporte até o 1º km	m³	60,00	12,00	11,94	716,40	
02.01.01.110.06	Transporte de solo com caminhão basculante, em via urbana pavimentada, adicional para dmt excedente a 30km	m³ x km	1800,00	0,83	0,82	1.476,00	
02.01.01.600.06	Destinação de resíduos classe IIB - não perigoso - inerte	T	90,00	124,85	124,22	11.179,80	
02.01.00.130.10	Retirada de gradil metálico	m²	300,00	109,70	109,15	32.745,00	
02.01.00.130.11	Recolocação de gradil metálico	m²	300,00	109,70	109,15	32.745,00	
<b>03</b>	<b>IMPLANTAÇÃO DOS CRUZAMENTOS, AMVs E VIAS</b>						<b>573.140,18</b>
03.03.01.100.03	Demolição da grade de via corrida em Dormente de Concreto em TR50, TR 57, UIC60 ou TR-68	m	64,00	419,74	417,64	26.728,96	
03.03.02.100.09	Demolição da grade de AMV Nº 08 em dormente de concreto	cj	1,00	26099,81	25.969,31	25.969,31	
03.03.04.100.26	Instalação e Montagem da Via Corrida com Trilho, Fixação Elásticas e com Dormente de madeira	m	66,00	232,98	231,81	15.299,46	
09.03.06.130.15	Furação de Trilho a Frio	un	318,00	2,86	2,84	903,12	
09.03.06.130.14	Corte de Trilho a Frio	un	53,00	6,86	6,82	361,46	
09.03.06.160.03	Substituição de Junta Isolante Colada (JIC) TR-57	m	18,00	29,46	29,31	527,58	
03.03.04.100.30	Soldagem Aluminotérmica para TR-57 Via Corrida e AMVs, cadinho descartável	un	26,00	1799,41	1.790,41	46.550,66	
09.03.06.170.01	Substituição de Rail-Bond fixado por parafuso	un	12,00	57,60	57,31	687,72	
03.03.05.100.32	Montagem e instalação de cruzamento duplo (AMV em X) com jacaré padrão AREMA Nº 5 e Nº 10, sobre dormentes de madeira e bitola de 1600mm.	cj	1,00	334392,38	332.720,41	332.720,41	
09.03.06.140.86	Montagem de máquina de chave.	cj	5,00	16562,88	16.480,06	82.400,30	
09.03.06.140.85	Desmontagem de máquina de chave.	un	5,00	8239,44	8.198,24	40.991,20	
<b>04</b>	<b>MANUSEIO DE MATERIAIS</b>						<b>260.594,21</b>
09.03.05.000.15	Carga mecanizada (solo, terra, lastro com terra, entulho, turfa, material brejoso) em veículo rodoviário	m³	660,00	42,79	42,57	28.096,20	
02.01.01.110.11	Transporte de resíduos classe IIA - não perigosos - não inertes ou classe IIB - não perigosos - inertes até o local de armazenamento ou disposição final	TXKM	29700,00	1,37	1,36	40.392,00	
02.01.01.600.06	Destinação de resíduos classe IIB - não perigoso - inerte	T	990,00	124,85	124,22	122.977,80	
09.03.06.187.06	Carga de dormentes de madeira em Veículo CPTM	m³	38,00	103,47	102,95	3.912,10	
09.03.06.187.08	Descarga de dormentes de madeira de veículo da CPTM	m³	38,00	103,47	102,95	3.912,10	
09.03.06.187.14	Carga de Dormentes de Concreto em Veículo CPTM	m³	95,00	124,16	123,53	11.735,35	
09.03.06.187.16	Descarga de dormentes de concreto de veículo CPTM	m³	95,00	124,16	123,53	11.735,35	
09.03.06.187.18	Carga e descarga de acessórios metálicos fixações e transporte rodoviário até o 1º km	T	10,00	131,98	131,32	1.313,20	
09.03.06.187.42	Transporte de acessórios metálicos e fixações, em veículo rodoviário	TXKM	30,00	5,26	5,23	156,90	
09.03.06.187.27	Carga de Componente de AMV (jacaré, agulha e/ou contratrilho) em Veículo CPTM	T	51,00	50,64	50,38	2.569,38	
09.03.06.187.28	Descarga de Componente de AMV (jacaré, agulha e/ou contratrilho) de Veículo CPTM	T	51,00	50,64	50,38	2.569,38	
09.03.06.187.21	Carga de Trilho em Veículo CPTM	T	18,00	50,64	50,38	906,84	
09.03.06.187.23	Descarga de Trilho de Veículo CPTM	T	36,00	50,64	50,38	1.813,68	
09.03.06.180.15	Corte de Trilho a Maçarico	un	50,00	13,07	13,00	650,00	
09.03.06.190.03	Estaleiramento de Dormentes de Concreto (2,80m)	un	250,00	17,40	17,31	4.327,50	
09.03.06.190.04	Estaleiramento de Dormentes Especiais de Concreto para AMV	m³	65,00	300,26	298,75	19.418,75	
09.03.06.190.05	Estaleiramento de acessórios metálicos e fixações	T	2,00	112,93	112,36	224,72	
09.03.06.190.06	Estaleiramento de Trilho	T	18,00	103,32	102,80	1.850,40	
09.03.06.190.07	Estaleiramento de Componentes de AMV (jacaré agulha e/ou contratrilho)	T	27,00	75,66	75,28	2.032,56	
						<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>1.077.987,87</b>



**Governo do Estado de São Paulo  
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
Depto De Contratacoes E Compras**

**Contrato**

**ANEXO 4**

**CONTRATO LC01323-01**

### **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE**

Pelo presente, eu, JOSÉ MÁRIO DE CASTILHO, representante da empresa CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A (“Empresa”), inscrita sob nº. 92.779.503/0001-25, na qualidade de Fornecedor, ou Prestador de Serviço, ou Parceiro da CPTM, neste ato declaro estar ciente dos termos do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, comprometendo-me a adotar as práticas indicadas nele para a realização das atividades minhas e da Empresa, bem como manter a confidencialidade de todas e quaisquer informações recebidas para o desenvolvimento das atividades relativas à CPTM, mesmo depois do término da relação contratual entre a CPTM e a Empresa.

Além disso, com relação às questões de corrupção, declaro que eu e a Empresa estamos de acordo com as diretrizes apresentadas neste Código, acessado através do endereço eletrônico <http://sis.cptm.sp.gov.br/Licitacoes/Normas.aspx>, e entendo que estou proibido de oferecer, prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar fraudes de qualquer natureza.

Declaro ainda que a Empresa cumpre as Leis Aplicáveis de combate à Corrupção e que disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores, parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

**JOSÉ MÁRIO DE CASTILHO**

Diretor Presidente

[jmario@castilho.com.br](mailto:jmario@castilho.com.br)

e-mail pessoal: N/I

CPF nº 667.504.407-97





Documento assinado eletronicamente por **jose mario registrado(a) civilmente como José Mário de Castilho, Usuário Externo**, em 30/11/2023, às 21:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0013494073** e o código CRC **900A28D4**.

---



**Governo do Estado de São Paulo  
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
Depto De Contratacoes E Compras**

**Contrato**

**ANEXO 5**

**CONTRATO LC01323-01**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CONTRATADA: CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): LC01323-01

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA MONTAGEM DE APARELHOS DE MUDANÇA DE VIA NA LINHA 12-SAFIRA - REGIÃO DO BRÁS.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: CAIO AUGUSTO DE MORAES FORJAZ / OAB Nº 182.311 / e-mail: caio.forjaz@cptm.sp.gov.br e RAFAEL TONIATO MANGERONA / OAB Nº 213.777 / e-mail: rafael.mangerona@cptm.sp.gov.br.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados



estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

## **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

#### **Pelo contratante:**

Nome: ANA CAROLINE DE FARIA EDUARDO BORGES

Cargo: Diretora Administrativa e Financeira

CPF: 003.938.371-73

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: LUIZ EDUARDO ARGENTON

Cargo: Diretor de Operação e Manutenção

CPF: 056.324.968-48

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: WILSON NAGY LOPRETTO

Cargo: Gerente Geral de Manutenção

CPF: 035.400.368-22

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: SÉRGIO LUÍS SILVA

Cargo: Gerente de Manutenção de Via Permanente e Estrutura Civil

CPF: 147.275.098-57

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: JOSÉ MARIO DE CASTILHO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 667.504.407-97

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL POR AÇÕES DE COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:**

**Gestor do contrato:**

Nome: WILSON NAGY LOPRETTO

Cargo: Gerente Geral de Manutenção

CPF: 035.400.368-22

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

Assinatura: \_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **jose mario registrado(a) civilmente como José Mário de Castilho, Usuário Externo**, em 30/11/2023, às 21:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luis Silva, Gerente**, em 01/12/2023, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Eduardo Argenton, Diretor**, em 01/12/2023, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Nagy Lopretto, Gerente Geral**, em 01/12/2023, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Tegon Moro, Diretor Presidente**, em 01/12/2023, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline de Faria Eduardo Borges, Diretor**, em 04/12/2023, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0013494189** e o código CRC **09367E10**.

---